SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
GISELE SIMIEMA CESPHIN
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP
03
27 ABR 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ónica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

ubmete à apreciação o Relatório da Administração e as
anhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores
em 31 de dezembro de 2022, apresentados de acordo com
s pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas

País, o ano de 2022 consolidou o papel essencial da
mpulsionar a transformação social.

ara Aproximar" - e sua ação apoiando as empresas e o dia
aceitássemos o convite de copresidir a Força Tarefa de
ais que desenvolve recomendações de políticas públicas
al foi que priorizar o setor de conectividade na agenda
rmação digital inclusiva.

gada efetiva do 5G ao País, o que nos torna protagonistas
ão, na frequência 3.5 GHz, para redes móveis já é realidade
ralidades, revolucionando diversos setores da indústria
tam, ainda, com a maior cobertura móvel em 4.5G - além
mérica Latina. Encerramos 2022 em posição de liderança
domicílios cobertos em 409 cidades brasileiras. Tudo isso
stratégicos da empresa - e que só aqui o cliente pode ter
atrativos para aqueles clientes de telefonia celular que
a Oi Móvel, além da melhor experiência e qualidade de
acessos em 2022, consolidando o maior número do Brasil:
ião Nordeste, onde alcançamos a liderança do mercado em
saram a contar com uma infraestrutura 4G, 4.5G e 5G de

o um ecossistema de tecnologia. Lançamos a Ovvi, marca
ones como capas, películas, cabos e carregadores, aliando
los clientes, fortalecemos o segmento de casa inteligente,
n interesse em transformar suas residências em ambientes
de dispositivos, entre lâmpadas e câmeras inteligentes,
sso, seguimos crescendo em número de assinantes do Vivo
configuração e orientação de itens de tecnologia. E, para
mil lojas físicas, inauguramos novos espaços e levamos o
clientes corporativos.

anunciamos a criação do VivaE, o qual chegou ao mercado
de capacitação, com foco em educação continuada e
o Vida V, e, no setor financeiro, seguimos com o Vivo
milhões em empréstimos pessoais. No entretenimento,
com planos com grandes players do mercado como Netflix,
mpliamos nossas opções ao lançar o Vivo Play App, serviço
conteúdo a um preço acessível. Nosso *marketplace*, o Vivo
ição e conta, hoje, com mais de 70 mil itens.

o a adesão ao home office por muitas empresas e os novos
vestimentos em soluções de Cibersegurança e Cloud. Esse

cenário refletiu nos resultados da nossa divisão empresarial. Consolidamos nossa atuação com a operação da Telefônica Tech - holding de serviços digitais e tecnologia do Grupo Telefônica. Levamos para o mercado um portfólio mais robusto de soluções, contemplando iniciativas em Cibersegurança, Cloud, IoT e Big Data, que já representa R$ 2,7 bilhões do faturamento. Avançamos em ações verticalizadas que contribuirão, por exemplo, para o aumento de produtividade no agronegócio por meio de um amplo ecossistema digital. Além da conectividade com redes públicas ou privativas, as iniciativas incluem itens que otimizam o dia a dia no campo com muito mais inteligência, tornando a operação mais eficiente. No segmento de soluções digitais empresariais, anunciamos a aquisição da Vita IT, integradora de tecnologia que atende companhias de diferentes portes. Com esse movimento, fortaleceremos, ainda mais, o posicionamento de referência nacional como integradora de soluções de rede e ampliamos o nosso ecossistema digital.

No último ano, também apostamos na inovação com a criação do Vivo Ventures, fundo de CVC (Corporate Venture Capital) de R$ 320 milhões para investir em startups brasileiras com soluções nas áreas de Entretenimento, Casa Inteligente, Marketplace, Saúde, Finanças e Educação - setores-chave para o posicionamento da Vivo. Fizemos um aporte de R$ 10 milhões na Klubi, a primeira *fintech* autorizada pelo Banco Central a operar como administradora de consórcios no País. Investimos cerca US$ 3 milhões na Klavi, empresa focada em *open finance* e soluções B2B e B2C que tem a tecnologia como ponto de partida para diversos serviços, como por exemplo, ajudar na modelagem de risco para concessão de crédito. Reforçamos, assim, nosso pilar **#TemTudoNaVivo.** Inovamos, também, com a marca Terra, ao anunciarmos o posicionamento do portal como uma *mediatech*. Além disso, aceleramos os investimentos em patrocínios, como a Parada do Orgulho LGBT+, a Brasil Game Show e a cobertura da Copa do Mundo de futebol, retomando, assim, o protagonismo do Terra em grandes coberturas e em editorias que abordam temas ligados à diversidade.

Para garantir a melhor experiência dos nossos clientes, focamos na qualidade dos serviços e no relacionamento por meio de todos os pontos de contato, do presencial ao virtual. Essa estratégia é desenvolvida no pilar **#DNAVivo**. Seguimos investindo e aprimorando o nosso principal canal de interação com os clientes, o app Vivo, que hoje conta com mais de 80 milhões de acessos por mês e 21 milhões de usuários únicos. No último ano, alcançamos um valor histórico de satisfação de Employee Net Promoter Score (eNPS), que só foi possível porque a nossa cultura interna não é diferente da premissa do negócio: ter o digital combinado com o fator humano como a base de tudo. O momento atual pede a evolução da cultura das empresas para uma versão justamente mais digital e colaborativa, assim como exige grupos plurais e diversos trabalhando juntos.

Aqui, acreditamos que diversidade é um pilar primordial na cultura e a consideramos um diferencial para a inovação. Para fomentar a inclusão, investimos em programas de trainee e estágio com 50% das vagas focadas em talentos negros. Hoje, temos 33% de colaboradores pretos trabalhando na Vivo e chegamos também a 22% deles na liderança e queremos ampliar essa presença na Companhia, propondo atingir um indicador igual ou maior que 30% em cargos de liderança até 2027. Em 2022, nos tornamos a primeira do setor a aderir aos movimentos da Ambição 2030, liderada pela ONU Brasil, para impulsionar ações de impacto pelas empresas em contribuição à sociedade: "Ambição Net Zero", "Elas Lideram", "Raça é Prioridade", "Mente em Foco" e "Salário Digno". A adesão reitera nosso compromisso de avançar em iniciativas que contribuam, de modo efetivo, para as questões sociais e ambientais no Brasil.

Para ampliar a presença de mulheres em cargos de gestão, promovemos programas para formação e desenvolvimento de lideranças dedicados, exclusivamente, a elas, como o WIL - WOMEN IN LEADERSHIP. Temos o desafio, junto à ONU, de chegar a 30% de mulheres em cargos diretivos até 2025. Nosso Conselho Administrativo já conta com 33% de presença feminina e o programa "Mulheres de Fibra" reúne mais de 300 profissionais nas funções de campo, como reparo e instalação. Em 2022, integramos pela primeira vez o Top 100 do Refinitiv Global Diversity & Inclusion Index, que classifica mais de 12 mil companhias em todo o mundo e identifica as 100 principais empresas de capital aberto com os locais de trabalho mais diversos e inclusivos, conforme aferição de 24 métricas separadas em quatro pilares principais. Também fomos incluídos, pela primeira vez, no Bloomberg Gender-Equality Index 2022 (GEI), um índice ponderado pela capitalização de mercado, que tem como objetivo acompanhar o desempenho de empresas de capital aberto comprometidas com a transparência na geração de relatórios de dados sobre gênero. Ao todo, são 418 empresas, em 45 países e regiões, participantes do GEI.

Ainda sobre os critérios ESG, construímos nosso Plano de Negócio Responsável, contribuindo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em linha com o nosso pilar **#VivoSustentável**. Em 2022, reforçamos, ainda mais, nosso compromisso com a emissão de R$ 3,5 bilhões em debêntures. Para isso, utilizamos o instrumento Sustainability-Linked Bond (SLB), que vincula o recurso às metas ESG, com redução de 40% das emissões de gases de efeito estufa do escopo 1 até 2027, frente a 2021, e 30% de negros em cargos de liderança até 2027. São compromissos que dialogam com nossas metas internas e reforçam a sustentabilidade em nossa estratégia de negócios. Somos uma empresa 100% carbono neutro e com energia renovável desde 2019 e, dentro do programa de Geração Distribuída, encerramos o ano com 48 usinas instaladas.

Queremos engajar nossa cadeia de valor nessa jornada ESG e estamos atuando para reduzir emissões dos fornecedores até 2024. E, ainda, fechamos os últimos 12 meses com todas as metas atingidas no nosso programa de logística reversa de resíduos eletrônicos, o "Recicle com a Vivo". São mais de 5 milhões de itens recolhidos desde 2006 e 11,1 toneladas de resíduos reciclados em 2022.

Nossas soluções digitais para os clientes B2B, baseadas em Cloud, Cibersegurança, IoT e Big Data passaram a ser certificadas com o selo de sustentabilidade Eco Smart, que avalia aspectos de eficiência energética, redução do consumo de água e das emissões de CO_2 e economia circular. Adotamos, ainda, uma nova metodologia para o Eco Rating, que demonstra aos clientes o quão sustentável é o smartphone no momento da escolha do dispositivo, considerando seu processo de produção, uso e descarte. Por conta dessas e das demais iniciativas, somos uma das dez empresas mais sustentáveis de nosso setor no mundo e a mais sustentável na área de telecomunicações na América Latina, segundo o ranking realizado pela S&P - principal referência para a composição do Dow Jones Sustainability Index, o mais concorrido índice internacional de sustentabilidade. E estamos, também, na 2ª posição entre as mais sustentáveis do País no ISE B3.

No âmbito social, cerca de 2,2 milhões de pessoas foram beneficiadas por meio das iniciativas da Fundação Telefônica Vivo. Através da plataforma Escolas Conectadas, voltada para formação continuada de professores da rede básica de ensino, oferecemos mais de 2,3 milhões de horas de conteúdo online e gratuitos ao longo do ano. Cerca de 100 mil professores se cadastraram na plataforma e, aproximadamente, 58 mil participaram de algum dos mais de 60 cursos oferecidos, que tratam de temas como uso da tecnologia na prática pedagógica, ensino híbrido, defasagem de aprendizagem, educação antirracista e educação socioemocional, entre outros. Em 2022, a plataforma foi premiada na categoria "E-Learning Innovation", do Reimagine Education Awards 2022, um dos mais importantes prêmios do mundo para pedagogias inovadoras. Também avançamos com o projeto itinerário de formação técnica e profissional em Ciência de Dados para jovens do Ensino Médio, contribuindo para que os estudantes da rede pública de ensino estejam preparados não apenas para o mercado de trabalho, mas para um mundo em constante transformação e impactado pela presença das tecnologias digitais.

Em governança, desde 2019, 20% da remuneração variável dos executivos é também vinculada às metas de ESG. Anunciamos o Novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, que inclui ações teóricas (*phantom shares*) da Companhia (VIVT3) na remuneração dos executivos. Dessa forma, o incentivo de longo prazo é vinculado à criação de valor aos acionistas e ao alcance sustentável dos objetivos estratégicos com base em indicadores como TSR (*Total Shareholders Return*), FCF (*Free Cash Flow*) e Neutralização e Redução de Emissões de CO2. Além disso, mantivemos um conselho de administração com 83,3% de membros independentes e uma estrutura com os mais elevados critérios de *compliance*.

Agradeço a atitude, a dedicação e a colaboração dos mais de 33 mil talentos da nossa empresa, bem como a confiança dos acionistas, clientes e parceiros. Juntos, construímos uma marca mais valiosa e sólida no último ano. Em 2023, nosso ecossistema de tecnologia será ainda mais completo e seguiremos com o papel primordial na transformação digital e social do nosso País.

Christian Mauad Gebara
Presidente da Telefônica Brasil

omposta por seis pilares de atuação, com mais de 100
tração através do Comitê de Qualidade e Sustentabilidade.
O PNR é composto por metas (2021 - 2024) que promovem
ibuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

la remuneração variável de curto prazo de executivos e
NPS, emissões de GEE e mulheres na liderança. Em 2022,
ngo Prazo, que inclui ações teóricas (*phantom shares*) da
vos, tendo indicadores de mudanças climáticas entre os

osição de seu Conselho de Administração, com avanços em
3,3% são mulheres). Reforçando como a sustentabilidade
a emitiu R$ 3,5 bilhões em *Sustainability Linked Bonds*
s ESG. Os compromissos assumidos estão relacionados a

ial na transição para uma economia e sociedade mais verde
favorecem a eficiência energética e climática e se alinham
obal em 1,5°C totalizaram R$ 1.631,7 milhões em receitas.

trica consumida oriunda de fontes renováveis e encerrou o
. no Programa de Geração Distribuída. Em 2022, a empresa
de GEE frente a 2021, contribuindo para a meta do Grupo

sil oferece pontos de coleta para o descarte correto do lixo
o, que encerrou 2022 com cerca de 11 toneladas coletadas.
so de logística reversa permitiu a reutilização de cerca de

ão a partir da digitalização, a empresa possui soluções em
acesso ao crédito (Vivo Pay e Vivo Money). A digitalização
ônica Vivo, que beneficiou cerca de 2,2 milhões de pessoas

estinou 50% das vagas para pessoas negras. A Companhia
m cargos de liderança e 36% de mulheres em cargos de
a Brasil, *hub* de inovação aberta, encerrou 2022 com 26
ócios para a empresa. Já o Vivo Ventures, Corporate Venture
nceiros na *fintech* Klavi (US$ 3 milhões) e Kluli (R$10

ltos padrões de privacidade e segurança. Informações sobre
alhes sobre a gestão estão disponíveis em seu Centro de
digital é monitorada por meio de uma estrutura de gestão
Information Security Officer (CISO), um Comitê Executivo
ndependente do Conselho de Administração.

ões: ISO 26000 (Responsabilidade Social); ISO 27001 (Seg.
ulnerabilidades) e MDR (*Managed Detection and Response*)
SC 10000 (Compliance); ISO 14001 (Ambiental); ISO 45001
ergia). Além disso, aderiu à Ambição 2030 do Pacto Global

ais avaliações ASG, como: (1) Entre as 10 empresas mais
S&P (nona posição); (2) Presente na 'A List' do CDP Climate
Empresarial - ISE B3 (segunda posição); (4) Entre as 10
sil 2022. A empresa integra também índices ESG do S&P.

econômico acima do esperado e pelas incertezas em torno
mos, em um contexto de eleições presidenciais.

o setor de serviços, que por sua vez impulsionou o mercado
seu menor nível desde 2015. O aumento das transferências
mo no período. Diante disso, o PIB brasileiro cresceu em
ativas de mercado, após alta de 5,0% em 2021 e contração

mia e a redução da alíquota de impostos sobre os preços de
es contribuíram para desaceleração da inflação em 2022,
preços ao consumidor, medidos pelo IPCA, passaram de
iente de inflação ainda superior à meta estabelecida pelo
13,75% ao final de 2022, ante 9,25% ao final de 2021.

vamente em 2022, refletindo principalmente o avanço da
têmico. Como resultado, o superávit foi de 1,8% do PIB em
), a dívida pública bruta caiu de 80,3% para 74,5% do PIB
rrulou de 326 pontos base ao final de 2021 para 256 pontos
brasileiro valorizou 7,12% em relação ao dólar americano,

o menor crescimento da atividade econômica global sugerem desaceleração do PIB brasileiro, para aproximadamente 0,8%, segundo a pesquisa Focus.

Desempenho Financeiro

Em 2022, a Receita líquida da Companhia cresceu +9,1% a/a e atingiu R$ 48.041,2 milhões (R$ 44.032,6 milhões em 2021), alavancada pelo crescimento da receita móvel, seguida pelos serviços de fibra, como FTTH e IPTV, e Dados Corporativos, TIC e outros.

Negócio Móvel

A **Receita Líquida Móvel** avançou 12,6% em 2022, suportada pelo desempenho da **Receita de Serviço Móvel**, que cresceu 12,1% a/a, e pela Receita de Aparelhos (+17,5% a/a). A performance reflete o incremento expressivo da base de clientes, principalmente em função da incorporação dos clientes da Oi móvel, e os reajustes anuais de preço. A **Receita de Pós-pago**, que representa 80% da receita de serviço móvel, cresceu 11,4% a/a devido aos reajustes anuais de preço e aumento da base de clientes. Em 2022, adicionamos cerca de 9 milhões de acessos pós-pago, provenientes da aquisição da Oi Móvel, da migração de clientes pré-pago para controle e do saldo positivo de portabilidade de outras operadoras.

A **Receita de Pré-pago** aumentou 15,1% na comparação anual em função do aumento de 14,6% da base de clientes, impulsionada pela incorporação de clientes adquiridos da Oi Móvel.

A venda de smartphones compatíveis com 5G e a ampla oferta de acessórios contribuíram para um incremento de 17,5% na **Receita de Aparelhos** em comparação à 2021.

Negócio Fixo

A **Receita Líquida Fixa** cresceu 2,1% a/a, impulsionada pela maior representatividade da **Receita Core Fixa**[1] (+11,5% a/a), que corresponde a 74,0% (+6,2 p.p.) da receita líquida fixa. A contribuição desse negócio para o crescimento de receita total da Companhia é uma mudança estrutural de nosso mix de receitas, resultado da decisão estratégica de focar os investimentos em tecnologias mais avançadas, como fibra e serviços digitais B2B.

A receita de FTTx aumentou 9,8% a/a em 2022, impulsionada pelo desempenho da Receita de FTTH (+22,0% a/a). Em 2022, nossa rede de fibra até a casa do cliente chegou a mais 82 novas cidades, adicionando 3,7 milhões de casas passadas e 0,9 milhão de casas conectadas. Essa velocidade na expansão da nossa rede e na conexão de clientes nos permite manter o forte crescimento da receita de fibra.

A **Receita de IPTV**, produto associado à conectividade de fibra, avançou 7,2% a/a, mesmo com uma ligeira redução da base de acessos (-2,0% a/a).

A forte performance da **Receita de Dados Corporativos, TIC e outros**, de 16,1% a/a em 2022, é resultado do portfólio completo de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, que inclui, além da conectividade, soluções de cloud, TI, equipamentos e cibersegurança, entre outros, nos permitindo auxiliar empresas de diversos portes a digitalizarem suas operações.

Custos

Os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortizações, atingiram R$ 28.759,7 milhões no ano, um aumento de 14,9% quando comparado a 2021 (R$ 25.025,4 milhões). Esse aumento é reflexo dos maiores custos com serviços digitais e venda de aparelhos e acessórios, com contrapartida no incremento de receitas, além de maiores despesas com remuneração variável e contratação de novos colaboradores, parcialmente compensado pelas constantes iniciativas de digitalização e eficiência, com incentivo do uso dos canais digitais nas vendas de produtos, serviços, recargas, e pagamentos, crescente adoção do *e-billing* e redução de chamadas no call center, além do rígido controle da provisão para devedores duvidosos.

EBITDA

O EBITDA totalizou R$ 19.281,5 milhões em 2022, um aumento de 1,4% a/a (R$ 19.007,2 milhões em 2021). A Margem EBITDA alcançou 40,1% em 2022, redução de 3,0 p.p. em relação a 2021 (43,2%).

Em R$ milhões - Consolidado	2022	2021
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e equivalência patrimonial	6.621,6	6.968,9
Despesas de depreciação e amortização		
Em custos dos serviços prestados	10.309,5	9.688,7
Em despesas de comercialização de serviços	1.521,7	1.506,9
Em despesas gerais e administrativas	828,7	842,7
EBITDA	**19.281,5**	**19.007,2**
Margem EBITDA		
a) EBITDA	**19.281,5**	**19.007,2**
b) Receita Operacional Líquida	**48.041,2**	**44.032,6**
a) / b)	40,1%	43,2%

Resultado Líquido

O Resultado Líquido de 2022 atingiu R$ 4.057,9 milhões (R$ 6.229,4 milhões em 2021), redução de 34,9% a/a. A margem líquida da Telefônica Brasil em 2022 foi de 8,4% (14,1% em 2021). O resultado reflete o efeito do reconhecimento de créditos fiscais em 2021, além do incremento da despesa financeira em 2022, em função do maior endividamento e subida da taxa de juros no comparativo anual. Além disso, houve aumento da depreciação e amortização no período, dada a amortização de licenças de espectro adquiridas em novembro de 2021 e dos ativos intangíveis adquiridos da Oi móvel em abril de 2022.

Investimentos

Em 2022, a Companhia investiu[2] R$ 9.529,3 milhões, valor 9,7% superior ao montante investido em 2021 (R$ 8.684,7 milhões), o que representa 19,8% da Receita Operacional Líquida do ano.

Em 2022, continuamos expandindo a rede de fibra da Companhia em ritmo acelerado, chegando a 82 novas cidades e adicionando 3,7 milhões de casas passadas. No total, já são 23,3 milhões de casas passadas em 409 cidades do Brasil. O objetivo é chegar a 29 milhões de casas passadas até o final de 2024, o que nos permitirá acelerar o volume de clientes conectados e, consequentemente, capturar o retorno dos investimentos.

Cobertura FTTH em 409 cidades, com 23,3 milhões de casas passadas.

Além da expansão da nossa rede de fibra, também investimos na manutenção e expansão da rede móvel 4G, no lançamento do 5G nas capitais brasileiras e na integração dos ativos adquiridos da Oi móvel.

Para 2023, a Companhia projeta que realizará investimentos, excluindo licenças e leasing (IFRS 16), de até R$ 9 bilhões no ano.

CONSOLIDADO EM R$ MILHÕES	2022	2021	Δ% a/a
Rede	7.972	7.102	12,2
Tecnologia, Sistemas de Informações e Outros	1.558	1.582	(1,6)
Investimentos ex-IFRS 16	**9.530**	**8.685**	**9,7**
IFRS 16 | Leasing	2.877	3.113	(7,6)
Saldo Total | IFRS 16	**12.407**	**11.798**	**5,2**

Os investimentos da Companhia em sociedades controladas e coligadas, bem como as modificações ocorridas durante o exercício estão refletidos nas notas explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2022.

Retorno ao Acionista

A Telefônica Brasil está constantemente reafirmando o seu compromisso com a maximização do retorno ao acionista. Dessa forma, ao longo de 2022 foram deliberados R$ 5.104 milhões[3] em proventos, sendo R$ 3.029 milhões em dividendos e R$ 2.075 milhões em juros sobre capital próprio.

Dividend yield de 8,9% e dividend payout de 96%

A remuneração total ao acionista em 2022 equivale a um dividend payout de 96%[4], com *dividend yield* de 8,9%, consolidando a Companhia como uma das maiores pagadoras de proventos do Brasil.

2022	Valor Total Bruto (R$ Milhões)	Valor Total Líquido (R$ Milhões)	Valor Bruto por Ação (R$)	Valor Líquido por Ação (R$)
Dividendos	3.029	3.029	1,813124	1,813124
JSCP	2.075	1.764	1,243173	1,056697

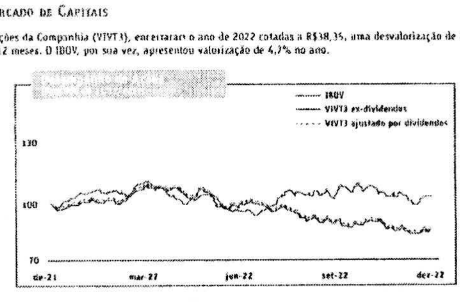
Além do pagamento de JSCP e Dividendos, a Companhia executou seu Programa de Recompra de Ações durante 2022. Assim, foram recompradas 13.381.540 ações no valor de R$607 milhões.

Considerando o fim do Programa, o Conselho de Administração aprovou proposta de cancelamento das ações detidas em tesouraria[5], sendo que a alteração do artigo 5º do Estatuto Social que trata do capital social, para refletir tal cancelamento, será deliberada na Assembleia de Acionistas a ser realizada em 13 de abril de 2023. Dado o encerramento do programa, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações 2023-2024 com duração de 12 meses, de até R$500 milhões, reafirmando a intenção de reforçar o retorno ao acionista para esse ano.

Por fim, a Companhia anunciou em 15 de fevereiro de 2023 que fez um pedido de Anuência Prévia à Anatel para realizar uma ou mais reduções de capital em valor máximo total de até R$ 5 bilhões, ao longo deste e/ou de exercícios sociais futuros, conforme avaliação da administração acerca das condições financeiras da Companhia e cenário macroeconômico. Caso autorizada pela Anatel, e sujeita à apreciação da administração sobre oportunidade e conveniência, bem como à obtenção das devidas aprovações societárias, as reduções de capital poderão ser efetivadas mediante a restituição de recursos aos seus acionistas na proporção de sua participação acionária nas respectivas datas-bases a serem fixadas e sem o cancelamento de suas ações.

Mercado de Capitais

As ações da Companhia (VIVT3), encerraram o ano de 2022 cotadas a R$38,35, uma desvalorização de 20,4% em 12 meses. O IBOV, por sua vez, apresentou valorização de 4,7% no ano.



a por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 17:14:08 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida
nfirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	25	**46.052.851**	**43.684.068**	**48.041.162**	**44.032.613**
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	26	(25.785.140)	(24.587.279)	(27.431.680)	(24.781.369)
Lucro bruto		**20.267.811**	**19.096.789**	**20.609.482**	**19.251.244**
(Despesas) Receitas operacionais		**(13.781.234)**	**(12.044.567)**	**(14.011.571)**	**(12.165.135)**
Despesas com comercialização	26	(11.678.208)	(11.582.804)	(11.839.126)	(11.594.117)
Despesas gerais e administrativas	26	(2.671.085)	(2.567.282)	(2.737.600)	(2.615.905)
Outras receitas operacionais	27	1.274.947	3.012.432	1.242.583	2.993.647
Outras despesas operacionais	27	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(23.240)	154.741	(23.742)	117.262
Lucro operacional		**6.486.577**	**7.052.222**	**6.597.911**	**7.086.109**
Receitas financeiras	28	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Despesas financeiras	28	(3.863.545)	(2.422.684)	(3.982.518)	(2.437.113)
Lucro antes dos tributos		**4.740.173**	**5.919.502**	**4.831.591**	**5.959.529**
Imposto de renda e contribuição social	8.f	(655.160)	319.862	(773.689)	269.828
Lucro líquido do exercício		**4.085.013**	**6.239.364**	**4.057.902**	**6.229.357**
Atribuíveis a:					
Acionistas controladores		4.085.013	6.239.364	4.085.013	6.239.364
Acionistas não controladores	24.h	-	-	(27.111)	(10.007)
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R$)	24.f	2,44	3,71		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENT

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares

	Nota	Controladora 2022	
Lucro líquido do exercício		**4.085.013**	**6.23**
Outros resultados abrangentes líquidos que podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**(15.834)**	
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	24.e	642	
Tributos	8.e	(218)	(1
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	12	(16.258)	(1
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		**(50.100)**	**25**
Perdas não realizadas em ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	24.e	(212)	
Tributos	8.e	72	
Ganhos (perdas) atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	31	(75.697)	39
Tributos	8.e	25.737	(13
Equivalência patrimonial no resultado abrangente das investidas, decorrentes de ganhos (perdas) atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	12	**(1.426)**	
Outros resultados abrangentes		**(67.360)**	**26**
Total do resultado abrangente do exercício, líquidos dos tributos		**4.017.653**	**6.50**
Atribuíveis a:			
Acionistas controladores		4.017.653	6.50
Acionistas não controladores		-	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas		**58.036.018**	**58.937.429**	**60.317.196**	**59.336.501**
Venda de mercadorias e serviços		57.138.884	56.639.248	59.501.183	57.051.723
Outras receitas		2.143.251	3.723.953	2.131.627	3.721.066
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	26	(1.245.217)	(1.425.772)	(1.315.614)	(1.436.288)
Insumos adquiridos de terceiros		**(21.583.252)**	**(21.352.763)**	**(22.560.582)**	**(23.465.307)**
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos		(15.029.918)	(14.526.775)	(15.959.924)	(14.633.243)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(7.215.076)	(8.107.486)	(7.259.534)	(8.113.768)
Perda/Recuperação de ativos		661.742	1.281.498	658.876	1.281.704
Valor adicionado bruto		**36.453.666**	**37.584.666**	**37.756.614**	**37.871.194**
Retenções		**(12.175.069)**	**(12.027.287)**	**(12.659.873)**	**(12.038.331)**
Depreciação e amortização	26	(12.175.069)	(12.027.287)	(12.659.873)	(12.038.331)
Valor adicionado líquido produzido		**24.278.597**	**25.557.379**	**25.096.741**	**25.832.863**
Valor adicionado recebido em transferência		**2.093.901**	**1.444.505**	**2.192.456**	**1.427.795**
Resultado de equivalência patrimonial	12	(23.240)	154.741	(23.742)	117.262
Receitas financeiras	28	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Valor adicionado total a distribuir		**26.372.498**	**27.001.884**	**27.289.197**	**27.260.658**
Distribuição do valor adicionado		**26.372.498**	**27.001.884**	**27.289.197**	**27.260.658**
Pessoal, encargos e benefícios sociais		5.411.565	4.702.814	5.653.090	4.842.006
Remuneração direta		3.657.282	3.183.346	3.816.079	3.276.449
Benefícios		1.534.046	1.325.024	1.604.041	1.363.152
FGTS		220.237	194.444	232.970	202.405
Impostos, taxas e contribuições		11.853.834	12.500.066	12.388.396	12.615.580
Federal		4.474.254	3.262.137	4.694.077	3.363.593
Estadual		7.167.489	8.982.837	7.449.529	8.986.780
Municipal		212.071	255.092	244.790	265.216
Remuneração de capitais de terceiros		5.022.106	3.559.640	5.189.809	3.573.706
Juros		3.767.949	2.360.050	3.880.745	2.373.186
Aluguéis		1.255.057	1.199.590	1.309.064	1.200.520
Remuneração de capitais próprios		4.085.013	6.239.364	4.057.902	6.229.357
Juros sobre o capital próprio e dividendos	24.d	2.075.000	2.735.000	2.075.000	2.735.000
Dividendos	24.d	1.000.000	1.500.000	1.000.000	1.500.000
Lucros retidos		1.010.013	2.004.364	1.010.013	2.004.364
Participação de acionistas não controladores	24.h	-	-	(27.111)	(10.007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares

	Nota	Controladora 2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos		**4.740.173**	**5.9**
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	26	12.175.069	12.
Variações cambiais de instrumentos financeiros derivativos e de empréstimos		199.625	
Variações monetárias de ativos e passivos		736.949	
Baixas em operações com alienação de investimentos		-	(1
Resultado de equivalência patrimonial	12	23.240	(1
Ganhos na baixa / alienação de ativos		(707.471)	(8
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	26	1.245.217	1.
Mudanças em provisões passivas		8.952	
Baixas e reversões de perdas estimadas para a redução ao valor realizável dos estoques		31.452	
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	31	32.429	
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, civeis e regulatórias	20	683.648	1.
Despesas de juros (empréstimos, financiamentos, arrendamentos, operações com derivativos, licenças 5G e contraprestação contingente)		1.792.365	
Outros		(9.811)	
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(911.101)	(1.
Estoques		(381.979)	
Tributos a recuperar		(588.771)	(2.
Despesas antecipadas		(514.580)	(3
Outros ativos		160.048	
Pessoal, encargos e benefícios sociais		166.071	
Fornecedores		493.589	1.
Impostos, taxas e contribuições		2.208.838	1.
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas, civeis, regulatórias, valores a restituir a clientes e provisão para multas por cancelamento de contratos de arrendamento	20	(1.029.503)	(1.0
Outros passivos		190.245	
		16.204.522	**12.**
Caixa gerado nas operações		**20.944.695**	**18.**
Juros pagos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G e contraprestação contingente	21.e	(1.463.317)	(1
Imposto de renda e contribuição social pagos		(919.085)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**18.562.278**	**17.**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado e intangível		(9.881.993)	(9.
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado		777.996	
Pagamento por aquisição de investimentos e aporte de capital em controlada	12	(5.223.536)	(
Caixa recebido pela alienação de investimentos		161.057	
Resgates (pagamentos) líquidos de depósitos judiciais		(407.766)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	19.b	51.125	
Caixa e equivalentes de caixa pela aquisição de sociedades	12	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(14.523.117)**	**(8.0**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Ingressos de empréstimos e debêntures	21.e	4.500.000	
Pagamentos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, licenças 5G e contraprestação contingente	21.e	(6.939.712)	(3.8
Recebimento dos instrumentos financeiros derivativos	32	55.617	
Pagamento dos instrumentos financeiros derivativos	32	(166.659)	(
Pagamento por aquisições de ações para tesouraria	24.b	(607.443)	(4
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	19.c	(5.709.263)	(4.9
Recebimento de recursos para aumento de capital em controladas por outros acionistas		-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(8.867.460)**	**(9.3**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**(4.828.299)**	**(**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	**6.187.360**	**5.**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	**1.359.061**	**6.**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital: Capital social	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Reservas de lucro: Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva para expansão e modernização	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimô líquido controlad
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**63.571.416**	**63.074**	**1.229.730**	**(110.541)**	**3.073.334**	**76.345**	-	-	**1.587.518**	**65.888**	**69.556.**
Dividendo adicional proposto do exercício de 2020	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.587.518)	-	(1.587.5
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.d	-	-	-	-	-	-	-	116.236	-	-	116.
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	-	43.009	-	(43.009)	-	-	-
Recompra de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	(495.995)	-	-	-	-	-	-	(495.9
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c	-	-	-	-	-	-	-	262.901	-	2.269	265.
Efeitos de equivalência patrimonial na FiBrasil	12	-	-	2.182	-	-	-	-	-	-	-	2.
Efeitos da alienação do investimento na CloudCo Brasil	12	-	-	31.367	-	-	-	-	-	-	-	31.
Efeitos da alienação do investimento na InTCo Brasil	12	-	-	34.644	-	-	-	-	-	-	-	34.
Transações de capital	24.b	-	-	(18)	-	-	-	-	-	-	-	(
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	6.239.364	-	-	6.239.
Destinação do lucro:												
Reserva legal	24.c	-	-	-	-	311.968	-	-	(311.968)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.735.000)	-	-	(2.735.0
Dividendos intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	-	(1.500.0
Dividendo adicional proposto	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.028.524)	2.028.524	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**63.571.416**	**63.074**	**1.297.905**	**(606.536)**	**3.385.302**	**119.354**	-	-	**2.028.524**	**68.157**	**69.927.**
Dividendo adicional proposto do exercício de 2021	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.028.524)	-	(2.028.5
Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	24.d	-	-	-	-	-	-	-	167.449	-	-	167.
Transferência de incentivos fiscais	24.c	-	-	-	-	-	95.095	-	(95.095)	-	-	-
Cancelamento de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	(606.536)	606.536	-	-	-	-	-	-	-
Recompra de ações ordinárias para manutenção em tesouraria	24.b	-	-	-	(607.429)	-	-	-	-	-	-	(607.4
Direito de Recesso - aprovação da aquisição da Garliava	24.b	-	-	-	(14)	-	-	-	-	-	-	(
Equivalência patrimonial em transações de capital em investidas	12	-	-	2.409	-	-	-	-	-	-	-	2.
Efeitos de acionistas não controladores em investimentos na Vivo Ventures	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	24.e / 31.c	-	-	-	-	-	-	-	(51.386)	-	(15.914)	(67.3
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	4.085.013	-	-	4.085.
Destinação do lucro:												
Reserva legal	24.c	-	-	-	-	204.250	-	-	(204.250)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(2.075.000)	-	2	(2.075.0
Dividendos intermediários	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	(1.000.0
Dividendo adicional proposto	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(826.731)	826.731	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**63.571.416**	**63.074**	**693.770**	**(607.443)**	**3.589.552**	**214.449**	-	-	**826.731**	**52.183**	**68.403.**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

nica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

panhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de julho de 2021:

	R$ mil
ia (1)	229.961
	(1.789)
s alienações	**228.172**
ária para a TEF Infra e CDPQ (3)	(134.144)
alienações	**94.028**
(4)	80.400
	174.428
ia da Companhia na FiBrasil (5)	41.095
sing)	**215.523**

bens do ativo imobilizado e intangível, com a emissão de 1.199.900 novas ações ordinárias, nominativas e sem

tivo, decorrente de despesas operacionais, líquidas de imposto de renda e contribuição social.
tidos pela Companhia na FiBrasil, sendo: (i) R$95.817 referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra; e
s para o CDPQ.
ária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação. O cálculo
a participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do investimento.

estimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.

	R$ mil
vestimento da Companhia para a TEF Infra e CDPQ (1)	659.440
para a TEF Infra e CDPQ (2)	(134.144)
estimentos da Companhia (3)	(135.106)
PQ (4)	58.138
	(31.751)
	416.577
	(1.789)
hia na FiBrasil (6)	80.400
ia da Companhia na FiBrasil (7)	41.095
	536.283
)	(55.277)
)	(97.155)
	383.851

a da Companhia na FiBrasil, sendo: (i) 499.999 ações para a TEF Infra, a ser recebida em 4 parcelas, sendo a 1ª à
julho, até 2024; e (ii) 200.000 ações para o CDPQ, recebida à vista.
estimentos detidos pela Companhia na FiBrasil, referente à alienação de 499.999 ações para a TEF Infra e 200.000

, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e

dos bônus de subscrições futuras, a serem realizadas pelo CDPQ na FiBrasil, à medida do atingimento de condições
monetariamente.
onorários relacionados diretamente à Operação.
pação acionária, decorrente da renúncia do direito de subscrição de ações pela Companhia, ocorrida na Operação.
mparação da participação acionária atual sobre o patrimônio líquido da FiBrasil com o saldo contábil anterior do

vestimento ao seu valor justo, decorrente da perda de controle.
ocial correntes apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das
os recebimentos à vista).
ocial diferidos apurados sobre o resultado líquido das alienações (valores das receitas, deduzidos dos custos das
os recebimentos a prazo), da baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos e do valor justo dos

operacional positivo para a Companhia de R$416.577 (nota 27) e um resultado positivo antes do imposto de renda

1, o controle acionário da FiBrasil passou a ser de controle conjunto entre o Grupo CDPQ com 50% e a Telefônica
a).

ica Cloud e Tecnologia do Brasil ("CloudCo Brasil")

ção da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual
aridade e de emissão de sua controlada Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("CloudCo Brasil"), para a
T"), controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação") e uma empresa sediada na Espanha.
com a TC&CT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada em serviços e soluções de *cloud computing* para B2B, a
em serviços e soluções e capturar oportunidades de crescimento dos negócios.
aisquer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas por órgãos da Companhia e não
sa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento

6 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação

npanhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 2 de agosto de 2021:

	R$ mil
	28.000
ária para a TC&CT (2)	(5.683)
	(5.523)
a (3)	30.900
pós o *closing*	**47.694**

a recursos, com a emissão de 319.900 novas ações ordinárias.
pela Companhia na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a "Outras Reservas de Capital" (nota 24.b).
onária decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil, apropriado em contrapartida a

	R$ mil
vestimento da Companhia para a TC&CT (1)	19.260
ária para a TC&CT (2)	(5.683)
obre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TC&CT	(4.616)
a (3)	30.900
vestimentos da Companhia (4)	(12.871)
obre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	4.377
ia, após o *closing* (nota 24.b)	**31.367**

da Companhia na CloudCo Brasil, referente a 64.949 ações ordinárias, recebida à vista na data do *closing*.
ento detidos pela Companhia na CloudCo Brasil.
nária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TC&CT na CloudCo Brasil.
e, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e

sto de 2021, a CloudCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99%
nhia e a TC&CT no âmbito da CloudCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta

nica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil")

istração da Companhia aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do
itularidade e de emissão de sua controlada Telefônica IoT, Big Data e Tecnologia do Brasil S.A. ("IoTCo Brasil") para
controlada indireta da Telefônica S.A. ("Operação") e uma empresa sediada na Espanha.
a com a TI&BDT, desenvolva uma empresa brasileira dedicada a serviços e soluções de *IoT* e *Big Data* para B2B,
es e plataformas globais e capturar oportunidades de crescimento desses negócios.
quer autorizações regulatórias ou de aprovações adicionais àquelas já obtidas de órgãos internos da Companhia e
em causa qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e

6 (R3) para os registros da Operação, que contém orientações sobre as contabilizações de mudanças na participação

npanhia decorrentes do fechamento da Operação, ocorrida em 1º de novembro de 2021:

	R$ mil
ia (1)	41.352
ós o *closing*	**41.352**

onária decorrente dos aportes de capital realizados pela TI&BDT na IoTCo Brasil, apropriado em contrapartida a

	R$ mil
vestimento da Companhia para a TI&BDT (1)	19
obre ganho de capital pela alienação de participação acionária para a TI&BDT	(6)
ia (2)	41.352
vestimentos da Companhia (3)	(10.184)
obre a baixa proporcional do ágio pelas alienações dos investimentos da Companhia	3.463
ia, após o *closing*	**34.644**

da Companhia na IoTCo Brasil, referente a 100 ações, recebida à vista na data do *closing*.
onária, decorrente dos aportes de capital realizados pela TI&BDT na IoTCo Brasil.
te, comparando-se o valor das alienações com a parte retida da unidade geradora de caixa, mais o valor de venda e

vembro de 2021, a IoTCo Brasil passou a ser controlada pela Companhia com 50,01% de seu capital social (49,99%
panhia e a TI&BDT no âmbito da IoTCo Brasil será regulada por um Acordo de Acionistas também celebrado nesta

ital

olding S.A. ("Ânima Educação") formalizaram a criação da VivaE Educação Digital S.A., *joint-venture* na área de
mento de determinadas condições precedentes (incluindo a aprovação da operação, com trânsito em julgado, pelo
acordos comerciais para início da operação da *joint-venture*, que oferecerá cursos livres de capacitação com foco

No contexto desta aquisição, coube à Companhia o conjunto de ativos que compõe parcela da UPI Ativos Móveis, composto de: (i) Clientes: aproximadamente 12,5 milhões (correspondendo a aproximadamente 30% da base total de clientes da UPI Ativos Móveis) - de acordo com a base de acessos da ANATEL de fevereiro de 2022; (ii) Espectros (licenças): 43MHz como média nacional ponderada pela população (46% das radiofrequências da UPI Ativos Móveis); e (iii) Infraestrutura: contratos de uso de 2,7 mil sites de acesso móvel (correspondendo a 19% do total de sites da UPI Ativos Móveis).

Esta transação traz benefícios ao setor de telecomunicações do Brasil, ampliando a capacidade de realização de investimentos e criação de inovações tecnológicas de maneira sustentável e racional, contribuindo para a digitalização do país através da construção e expansão de redes em tecnologias de ponta, como 5G e fibra, o que se traduz em serviços com melhor cobertura e qualidade aos usuários.

Além disso, a transação tem o potencial de gerar sinergias para a Companhia, por meio da otimização de custos operacionais e alocação eficiente de investimentos em função da integração dos ativos incorporados.

Com a conclusão da aquisição, a partir de 20 de abril de 2022, a Companhia passou a ser a controladora direta da Garliava. A Garliava tem sede no Brasil e atua na prestação de serviços de telecomunicações, especialmente, SMP e SCM; na prestação de serviços de manutenção e instalação de infraestrutura e rede e locação de meios físicos, inclusive para colocação de equipamentos; no comércio varejista e atacadista especializado de bens e/ou serviços, próprios e de terceiros, de equipamentos de telecomunicações, comunicação, informática e outros, por qualquer meio, inclusive mediante a exploração de quaisquer canais de vendas físicos e/ou remotos, tais como lojas próprias e de terceiros, porta a porta, telefone (*telemarketing*) e *internet*, entre outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Companhia já havia concluído o laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Garliava.

As premissas, julgamentos críticos, métodos e hipóteses utilizados pela Companhia para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Licenças

O valor justo das licenças foi determinado através do método do fluxo de caixa descontado da Abordagem da Renda, que considera a capacidade de formação de renda do ativo identificado ou negócio. A premissa desta abordagem é que o valor de um ativo ou negócio pode ser medido pelo valor presente do benefício econômico líquido (recebimentos de caixa menos despesas de caixa) a ser recebido ao longo de sua vida útil. O valor justo alocado às licenças na data de aquisição foi de R$2.518.836, o qual está sendo amortizado contabilmente pelo prazo médio de 10,08 anos, variando de 5 anos até 15 anos.

As principais premissas utilizadas na avaliação das licenças foram: (i) Receitas: tem como base o número de clientes existentes ativos migrados da Oi para a Garliava, bem como a receita média por usuário ("ARPU"), tendo sido considerada uma estimativa de perda de clientes anual de 9% ao ano, em média; (ii) Custos e Despesas: foram projetados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e as expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo. As projeções tiveram como base os percentuais fixos e variáveis das despesas, ajustando a parcela fixa de acordo com a inflação e a variável de acordo com a receita; (iii) Margem Ebitda: variam entre 35,3% em 2022 e 54,5% em 2030. Os ganhos de margem observados se devem a ganhos de escala da operação, melhorias de eficiência, de sinergias operacionais a serem realizadas pela junção das operações da Garliava dentro da Companhia; (iv) Depreciação: representa em média 9,2% da receita operacional líquida: Alíquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; e (v) Taxa de desconto após impostos: 12,4%.

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM ("*Multi-period Excess Earnings Method*"), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vida é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de *Iowa*". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R$96.195, o qual será amortizado linearmente, conforme a vida útil de cada tipologia de cliente, pelo prazo médio de 6,60 anos, variando de 5 anos até 8 anos

As principais premissas utilizadas na avaliação da carteira de clientes foram: (i) Clientes: foram avaliados 5 relacionamentos com clientes, sendo eles: B2C pré-pago, B2C pós-pago, B2C Controle, B2B pós-pago e B2B M2M; (ii) Receita: tem como base o número de clientes existentes por tipo, migrados da Oi para a Garliava, bem como o ARPU cobrado pela prestação do serviço. Na projeção da receita foi considerada uma estimativa de perda de clientes anual, e estabilidade no ARPU; (iii) Taxa de churn: foi calculado com base no percentual histórico da saída de clientes, variando de 26,8% a 50,2%; (iv) Custos e despesas: foram projetados de acordo com dados históricos obtidos pela Companhia e as expectativas de normalização da margem operacional no longo prazo e sinergias operacionais a serem realizadas pela junção das operações da Garliava dentro da Companhia. As projeções tiveram como base os percentuais fixos e variáveis das despesas, ajustando a parcela fixa de acordo com a inflação e a variável de acordo com a receita, tendo sido considerado um *add-back* de 97% das despesas de *marketing*, para refletir a exclusão de despesas relacionadas à obtenção de novos clientes, baseados em padrões de mercado; (v) Alíquota de imposto: 34%, conforme a legislação tributária brasileira; e (vi) taxa de desconto após impostos: 12,4%.

Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3(R) / CPC 15 (R1) Combinação de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R$453.697, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição.

Apresentamos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R$2.092.605, bem como o ágio gerado na data da aquisição:

Ativo circulante	**542.289**	**Passivo circulante**	**1.157.474**
Caixa e equivalentes de caixa	64.056	Fornecedores	120.626
Contas a receber	371.328	Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.494
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	9.988	Impostos, taxas e contribuições	201.635
Despesas antecipadas	96.917	Arrendamentos	107.590
		Provisões	655.827
Ativo não circulante	**3.647.190**	Receitas diferidas	35.347
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.798	Outras obrigações	34.955
Imposto de renda e contribuição social diferidos (4)	218.670		
Despesas antecipadas	43.795	**Passivo não circulante**	**935.131**
Imobilizado (1)	674.166	Arrendamentos	481.434
Intangível (2)	2.708.761	Provisões (3)	453.697
Valor justo dos ativos adquiridos	**4.189.479**	**Valor justo dos passivos assumidos**	**2.092.605**
		Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	**2.096.874**
		Ágio (5)	**3.394.710**
		Contraprestação total transferida	**5.491.584**

(1) Inclui a alocação do valor da menos valia de itens do imobilizado (R$131.578).
(2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R$2.518.836) e a carteira de clientes (R$96.195).
(3) Refere-se à alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente tributário (R$453.697).
(4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R$154.257).
(5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da Garliava com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais.

Outras Informações

Direito de Recesso

Em cumprimento ao artigo 256 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada, ("Lei das S.A."), a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia aprovou em 4 de agosto de 2022 a ratificação do Contrato. Em decorrência desta aprovação, os acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que não votaram favoravelmente, se abstiveram de votar ou não compareceram à AGE, tiveram o direito de retirar-se da Companhia ("Direito de Recesso"), nota 24.b).

Notificação de Ajuste de Preço Pós-Fechamento

Em 17 de setembro de 2022, a Companhia, em conjunto com a Claro S.A. e a TIM S.A. ("Compradoras"), notificou a Oi, nos termos do Contrato, a respeito (i) da apuração de ajuste de preço pós-fechamento em benefício das Compradoras ("Notificação de Ajuste Pós-Fechamento"); e (ii) de perdas conhecidas até aquele momento (conforme definidas no Contrato) em relação às quais as Compradoras têm direito indenizatório contra a Oi no valor total de R$353.269, sendo que deste total apurado, R$63.863 são atribuíveis à Companhia.

A Notificação de Ajuste de Preço Pós-Fechamento apresenta valores e cálculos apurados com apoio de empresa especializada, com base na melhor análise das informações recebidas e entendimento do Contrato, perfazendo o valor máximo de R$3.186.922 para ajuste de preço em benefício das Compradoras. Do valor do Ajuste de Preço apurado, o montante atribuível à Companhia equivale a até R$1.075.461, sendo que, deste valor, o montante de R$488.458 corresponde ao valor retido de 10% sobre o valor pago pela aquisição ("Ajuste de Preço")

Arbitragem

Após a troca de notificações sobre o Ajuste de Preço entre as Compradoras e a Oi, em 3 de outubro de 2022, a Companhia, em conjunto com Claro S.A. e a TIM S.A., instaurou procedimento arbitral ("Arbitragem") contra a Oi, mediante competente pedido de Arbitragem protocolado na Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos do SPA, em razão do manifesto descumprimento pela Oi de determinados termos do Contrato.

Decisão do Juízo do Rio de Janeiro

Em 3 de outubro de 2022, a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo de recuperação judicial da Oi, proferiu decisão liminar concedendo pedido formulado pela Oi no sentido de que fosse efetuado pelas Compradoras depósito judicial do valor retido do preço de aquisição da UPI Ativos Móveis atualizado, equivalente a R$1.527.802, até que a controvérsia decorrente do Ajuste de Preço Pós-Fechamento seja resolvida por arbitragem, sendo o montante de R$515.565 correspondente à parcela da Companhia.

Atendendo a decisão liminar da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em 20 de outubro de 2022, a Companhia efetuou um depósito judicial de R$515.565. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 era de R$522.297.

Outras

Os custos de transação incorridos pela Companhia até o fechamento da transação no dia 20 de abril de 2022, são de aproximadamente R$49,6 milhões. Estes custos não são considerados componentes da contraprestação transferida, e foram reconhecidos como despesas nos períodos em que os custos foram incorridos.

O valor justo das contas a receber de serviços prestados totaliza R$371.328, o qual não difere do valor de livros composto por um valor bruto de R$407.360, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R$36.032.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas demonstrações financeiras consolidadas, a Garliava contribuiu com R$1.117.232 de receita operacional líquida e R$4.542 do lucro líquido da Companhia.

Incorporação da Garliava

Em 16 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e condições da incorporação da Garliava pela Companhia ("Incorporação"), bem como a proposta de convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, para deliberar sobre a referida Incorporação, cujos efeitos estão sujeitos à aprovação prévia da ANATEL (nota 35.b).

d.7) *Aquisição de sociedade por controlada indireta (Combinação de Negócios)*

Em 3 de outubro de 2022, a Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda. ("TIS"), controlada indireta da Companhia, adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Vita IT Comércio e Serviços de Soluções em TI Ltda. ("Vita IT") ("Operação"), conforme já aprovado pelo órgão regulador competente.

A Operação poderá atingir o valor de até R$120.000, condicionado ao atingimento de métricas operacionais e financeiras acordadas entre as partes. O referido preço foi suportado por laudo de avaliação preparado por empresa independente. Os documentos da Operação contêm termos e disposições comuns a esse tipo de transação, tais como declarações e garantias, indenização e outras. A Operação foi precedida de uma diligência financeira, administrativa, legal, fiscal e operacional em relação à Vita IT.

A Operação faz parte da estratégia da Companhia de fortalecer sua atuação e posicionamento no mercado de *networking*, com o fornecimento de equipamentos de rede (exemplo: *switches*, roteadores e *access points* de *wi-fi*) e serviços de implementação, gerenciamento e suporte técnico para a rede corporativa de empresas.

Com a conclusão da Operação em 3 de outubro de 2022, a TIS passou a ser a controladora direta da Vita IT. A Vita IT tem sede no Brasil e atua como integradora de soluções para empresas de diferentes portes, provendo serviços profissionais e gerenciados de *networking*, bem como revenda de *hardware* e *software*. A combinação dos recursos e capacidades da TIS e da Vita IT gerará valor agregado para a carteira de clientes da Companhia, graças à atuação de ambas as empresas sob a mesma gestão nas atividades de tecnologia da informação e *networking*. A Operação possibilitará, ainda, alavancar novos negócios em maior escala e de forma sustentável, além de possibilitar o crescimento de receitas e melhorar a margem do negócio. O plano de integração entre a Vita IT, a TIS e a Companhia foi elaborado para preservar seu valor e dar continuidade aos negócios da Vita IT.

De acordo com o IFRS 3 (R) / CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Na data destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a TIS encontra-se em fase de finalização do laudo para alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*), mediante a análise da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da Vita IT. Estima-se que esta análise final será concluída assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

Apresentamos a seguir, um resumo preliminar da composição do valor justo dos ativos líquidos adquiridos no montante de R$11.964, bem como o ágio gerado na data da aquisição, sujeitos ainda a ajustes por ocasião da finalização dos trabalhos:

Ativo circulante	**30.408**	**Passivo circulante**	**27.238**
Caixa e equivalentes de caixa	5.334	Pessoal, encargos e benefícios sociais	2.728
Contas a receber	17.063	Fornecedores	19.509
Estoques (1)	4.958	Imposto de renda e contribuição social a recolher	165

a por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 17:14:08 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida
nfirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

f) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

g) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- *IAS 16 - Ativo imobilizado:* A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os rapidinhos de vendas de itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.
- *IFRS 3 - Combinação de Negócios - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual:* As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.
- *IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos:* Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.
- *IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros:* A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

- *Alteração de norma IAS 12 - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:* Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023.
- *Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:* Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- *Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorreram em, ou após, o início desse período.
- *Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:* Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2: Making Materiality Judgements* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2023).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

h) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As estimativas e julgamentos significativos e relevantes, aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas seguintes notas explicativas: contas a receber (nota 5); imposto de renda e contribuição social (nota 8); imobilizado (nota 13); intangível (nota 14); provisões e contingências (nota 20); receita operacional líquida (nota 25); planos de previdência e outros benefícios pós emprego (nota 31); e instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos (nota 32).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Caixa e contas bancárias (1)	52.165	98.937	53.449	103.541
Aplicações financeiras (2)	1.306.916	6.088.423	2.220.385	6.344.942
Total	1.359.081	6.187.360	2.273.834	6.448.483

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos da controladora e consolidado incluíam os montantes de R$10.526 e R$66.682, respectivamente, referente a *Financial Clearing House*, com uma empresa do Grupo Telefônica (nota 29).

(2) As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa do CDI com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 106,17% do CDI (100,17% em 31 de dezembro de 2021).

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Política contábil

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, sujeitos a um significante risco de mudança de valor, não enquadrados como caixa e equivalentes de caixa.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Fundo de investimentos - FDIC (1)	1.016	30.109	1.016	30.109
Garantia a processos judiciais (2)	43.295	37.044	43.522	37.238
Total	44.311	67.153	44.538	67.347
Circulante	1.016	30.109	1.016	30.109
Não circulante	43.295	37.044	43.522	37.238

(1) Referem-se a valores de aplicações financeiras em cotas seniores do FGR-TE Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

(2) Referem-se a valores de aplicações financeiras em garantias a processos judiciais (nota 20).

6. CONTAS A RECEBER

a) Política contábil

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados ou das mercadorias vendidas de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Incluí os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios, publicidade e locação de equipamentos de informática (produto "Vivo TECH") e direitos creditórios do FIDC Vivo Money.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia e suas controladas acreditem que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Serviços e mercadorias (1)	10.176.667	9.884.807	10.435.637	9.951.918
Valores de interconexão (2)	701.339	697.662	824.960	698.361
FIDC Vivo Money	-	-	158.259	25.071
Partes relacionadas (nota 29)	196.332	94.133	67.669	67.137
Contas a receber, bruto	11.074.338	10.676.402	11.486.525	10.742.487
(Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(2.281.581)	(2.141.423)	(2.396.382)	(2.171.336)
Contas a receber, líquido	8.792.757	8.534.979	9.090.143	8.571.151
Circulante	8.393.728	8.064.097	8.691.114	8.100.269
Não circulante	399.029	470.882	399.029	470.882

(1) Os montantes consolidados incluem R$2.114.241 e R$2.206.402 a faturar aos clientes em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Inclui também os

b) Composição

	Controladora
	31.12.22
Materiais para revenda	765.097
Materiais para consumo	34.712
Outros estoques	45.906
Estoques, bruto	845.715
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(62.674)
Estoques, líquido	783.041

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora
	31.12.22
Custos incrementais na obtenção de contrato com clientes	1.386.668
Manutenção de *software* e redes	191.073
Propaganda e publicidade	181.366
Pessoal	76.161
Encargos financeiros	37.586
Aluguéis	15.336
Seguros	12.298
Satélites e *links*	12.360
Outras despesas antecipadas	18.982
Total	1.961.629
Circulante	983.508
Não circulante	978.121

Os custos incrementais na obtenção de contratos com clientes são substancialmente representados por comissões de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15 / CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade econômico a ser gerado, usualmente de 2 a 6 anos.

A seguir, apresentamos a movimentação dos custos incrementais na obtenção de contratos com clientes:

Saldo em 31.12.20
Ingressos
Baixas (amortizações)
Saldo em 31.12.21
Ingressos
Baixas (amortizações)
Combinação de negócios - Gartlava (nota 2.d)
Saldo em 31.12.22

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Política contábil

a.1) Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades trib utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo d Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretaç

a.2) Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e os

Diferenças diferidas ativas são reconhecidas para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributá provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábi diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhec que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as dif O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na ext tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Trib cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáve diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o trib inicial de ágio não dedutível ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, n ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em c diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercíc Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líq de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimonio líqu Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compen Impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária

b) Estimativas e julgamentos críticos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de realiz controladas constituem provisões, com base em estimativas, para eventuais consequências de interpretações divergen dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergen tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resul em última instância, da capacidade de geração de lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em pr as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do mome momento esperado dos pagamentos desses impostos. O lucro real de entradas e saídas do imposto de renda pode diver e suas controladas, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras são previstas que p

c) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora
	31.12.22
Imposto de renda	507.176
Contribuição social	67.110
Total	574.286
Circulante	574.284
Não circulante	-

d) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Controladora
	31.12.22
Imposto de renda	78.650
Contribuição social	25.788
Total	104.438
Circulante	-
Não circulante	104.438

Os montantes não circulantes da controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, re - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda (nota 8.g).

e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

e.1) Composição de movimentação

A seguir, apresentamos a composição e a movimentação dos principais componentes do imposto de renda ("IR") e da

	Controladora				
	Saldos em 31.12.20	Demonstração dos resultados	Reexibidos Abrangentes	Transações de capital (3)	Saldos em 31.12.21
Ativo (passivo) diferido					
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (1)	1.382.970	1.366.532	-	-	2.749.502
IR e CS sobre diferenças temporárias (2)	(5.797.510)	(996.199)	(135.677)	7.840	(6.921.546)
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e societárias	1.753.472	282.143	-	-	2.060.615
Fornecedores e outras provisões	770.770	352.638	-	-	1.122.367
Carteira de clientes e marcas	(34.171)	(202.747)	-	-	(236.918)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	587.709	17.112	-	-	604.821
Perdas estimadas de modelos e outros ativos imobilizados	173.656	(48.438)	-	-	125.218
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	306.556	31.158	(133.897)	-	217.817
Participação nos resultados	133.077	29.360	-	-	162.737
Licença	(2.285.826)	(306.047)	-	-	(2.591.921)
Ágios (Spanish e Navytree, Vivo Part. e GVTPart.)	(6.606.426)	(661.954)	-	7.840	(7.260.590)
Bens do ativo imobilizado de pequeno valor	(761.534)	(147.989)	-	-	(909.433)
Lei da Inovação tecnológica	(18.721)	5.628	-	-	(13.093)
Sobre outras diferenças temporárias	141.057	(271.943)	(1.780)	-	(132.666)
Total do (Passivo) líquido, não circulante	(4.414.540)	370.333	(135.677)	7.840	(4.172.044)
Ativo fiscal diferido	5.913.243				7.776.401
Passivo fiscal diferido	(10.327.783)				(11.948.445)
(Passivo) fiscal diferido, líquido	(4.414.540)				(4.172.044)
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:					
(Passivo) fiscal diferido	(5.414.540)				(4.172.044)

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

›s créditos diferidos ativos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) no livro contábil das controladas 03 (R$71.126 em 31 de dezembro de 2021), pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis

ta as realizações dos tributos diferidos líquidos, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

	Controladora	Consolidado
	2.305.885	2.501.398
	505.543	526.633
	532.463	554.113
	408.625	416.615
	355.838	359.894
	(7.940.075)	(7.811.281)
	(3.831.721)	(3.452.628)

a e contribuição social

parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de . com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das o ou no ativo, conforme o caso.

tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% bre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	4.740.173	5.919.502	4.831.591	5.959.529
ão social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.611.659)	(2.012.631)	(1.642.741)	(2.026.240)
	(7.902)	52.612	(8.072)	39.869
	(56.933)	(38.311)	(56.933)	(38.311)
	(83.991)	(86.609)	(84.844)	(87.115)
io destinados	705.500	929.900	705.500	929.900
CSLL (atualização SELIC de indébitos) (1)	-	1.407.523	-	1.407.523
1)	277.424	-	277.424	-
	122.401	67.378	35.977	44.202
	(655.160)	319.862	(773.689)	269.828
	13,8%	-5,4%	16,0%	-4,5%
	(969.892)	(50.471)	(1.126.498)	(84.661)
	314.732	370.333	352.809	354.489

Mandado de Segurança nº 5012373-88.2020.4.03.6100 com o objetivo da concessão de segurança para reconhecer do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

a, sob a sistemática virtual, o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito tributário, ou seja, um dos temas pleiteados este julgamento, foi acolhida, por unanimidade de votos, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e idos em razão de repetição de indébito tributário. Em 30 de setembro de 2021, foi publicada a Ata de Julgamento gra da decisão.

mpanhia realizou uma avaliação que consistiu na capacidade de demonstrar e testar a recuperabilidade do ativo isas apurações de anos anteriores de prejuízos fiscais e, consequentemente, a elaboração de projeções futuras de ência destas avaliações, em 2021 a Companhia reconheceu o montante de R$1.407.523, sendo R$1.405.565 nos feridos e R$1.958 nos ativos de imposto de renda e contribuição social a recuperar em contrapartida a um crédito rial. Para 2022, em decorrência do trânsito em julgado de acórdão favorável ao pleito formulado, certificado nos n realizando a exclusão da atualização SELIC sobre indébitos tributários na base do IRPJ e da CSLL.

renda e contribuição social

; autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por deduções supostamente indevidas de despesas,), em diversas instâncias administrativas e no judiciário, no montante consolidado de R$29.882.262 em 31 de rro de 2021). O montante de 31 de dezembro de 2022, inclui R$10.744.063, referente a um novo auto de infração lacionados à amortização de ágio, lavrado pela RFB em 31 de janeiro de 2023. A Administração, apoiada na posição parte dessas deduções serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância

te a Companhia e suas controladas entendem que a probabilidade de aceitação por parte da autoridade fiscal é nte de imposto de renda e contribuição social no montante de R$104.438 em 31 de dezembro de 2022 (R$97.668 ções. Essas ações envolvem compensações de pagamento a maior de imposto de renda e contribuição social não

S A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
	2.171.962	2.893.823	2.181.377	2.895.375
	956.651	1.881.357	981.848	1.885.486
	127.202	152.532	140.686	156.322
	133.701	117.564	136.719	119.858
	3.389.516	5.045.276	3.440.630	5.057.041
	2.528.119	3.704.407	2.571.170	3.716.169
	861.397	1.340.869	869.460	1.340.872

sição de bens do ativo imobilizado (compensação em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros. Os montantes não na aquisição de bens do ativo imobilizado de R$626.636 e R$578.290 em 31 de dezembro de 2022 e 2021,

favorável para o Leading Case RE 574706 em relação ao reconhecimento do direito da exclusão do ICMS da base de rência desta decisão, a Companhia reconheceu em 2021 um crédito no montante de R$2.269.391 referente a dois ado em 25 de junho de 2021 e em 27 de maio de 2022. Os referidos processos já foram habilitados junto à Receita npensação (notas 27 e 28).

cesso judicial transitado em julgado em 2018 para o qual reconheceu anteriormente o crédito referente ao período scente deste processo, relativa ao período de abril de 1998 a junho de 2002 não foi reconhecida naquele momento, tingente e, portanto, não atingiu os parâmetros para seu reconhecimento contábil. Em agosto de 2022, com base elo STF sobre um Leading Case que poderia impactar o processo em questão, a Companhia, suportada por pareceres lo processo atingiu o status de recuperabilidade líquida e certa e portanto teria direito ao reconhecimento contábil de R$1.145.658 o qual foi reconhecido em 2022. Ainda em 2022, após a homologação do crédito junto à Receita ção do referido crédito.

ompensação dos processos acima mencionados registrados no ativo circulante montam a R$786.857 (R$1.579.117,

na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas a fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

S

suspensão da exigibilidade do crédito tributário, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos

órico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
	1.390.925	1.348.778	1.558.762	1.505.103
	1.378.240	833.894	1.379.698	836.043
	108.188	175.136	117.825	180.443
	303.274	283.933	303.274	283.933
	3.180.627	2.641.741	3.359.559	2.805.522
	22.287	24.556	23.428	25.656
	3.202.914	2.666.297	3.382.987	2.831.178
	591.275	105.876	592.369	106.963
	2.611.639	2.560.421	2.790.618	2.724.215

uem o depósito judicial atualizado de R$522.297 (R$515.565, em 20 de outubro de 2022), para atender a decisão tal do Estado do Rio de Janeiro, relativo à aquisição da Garliava (nota 2.d).

n 31 de dezembro de 2022 e 2021 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
unicações ("FUST") (1)	564.261	535.118
restações de Serviços de Transporte Interestadual		
	389.003	358.916
o ("CIDE") (3)	309.329	294.724
	41.014	76.832
ntribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	57.112	54.072
EL")	50.399	47.713
ão para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	47.336	44.889
abalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	22.378	20.837
	77.930	72.002
	1.558.762	1.505.103

m mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas e receitas de ndicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em afo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000. Os valores relativos às despesas de interconexão e de exploração

nvolvem os seguintes objetos: (i) ICMS em operações com recolhimento por estimativa; (ii) ICMS FECP; (iii) direito s ao ativo imobilizado e de energia elétrica; (iv) ICMS sobre valores dados a título de descontos e (v) consignação rte das operações de TV por assinatura.

bjeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos marcas e *softwares* etc.

	Controladora	Consolidado

Na controladora, a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido das entidades adquiridas é reconhecida em investimentos. Para as informações consolidadas, os montantes dos valores justos e ágio são alocados conforme suas naturezas.

b) Informações das investidas

A seguir, apresentamos informações resumidas sobre as controladas diretas e de controle conjunto da Companhia:

31.12.22

Investidas	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	586.975	423.060	163.915	380.803	61.686
TGLog	100,00%	Controlada	69.410	52.145	17.265	122.562	5.776
POP (2)	100,00%	Controlada	133.979	59.411	74.568	5.363	4.746
Vivo Money	100,00%	Controlada	181.323	54	181.269	35.539	11.496
Garliava	100,00%	Controlada	1.609.107	1.544.152	64.955	1.117.232	4.542
Vivo Ventures	98,00%	Controlada	20.749	224	20.525	-	(543)
CloudCo Brasil	50,01%	Controlada	358.955	337.380	21.575	645.204	(55.192)
IoTCo Brasil	50,01%	Controlada	124.912	43.075	81.837	56.046	981
Aliança	50,00%	Controle conjunto	242.652	305	242.347	-	912
AIX	50,00%	Controle conjunto	51.733	32.548	19.185	65.681	178
ACT	50,00%	Controle conjunto	44	3	41	104	3
VIVAE	50,00%	Controle conjunto	18.842	1.694	17.148	-	(2.852)
FiBrasil	25,01%	Controle conjunto	1.881.965	1.195.384	686.581	176.660	(94.384)

31.12.21

Investidas	Participação	Investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado
Terra Networks (1)	100,00%	Controlada	447.112	291.592	155.520	355.345	49.584
TGLog	100,00%	Controlada	54.539	40.968	13.571	87.701	431
POP (2)	100,00%	Controlada	125.001	55.179	69.822	10.381	2.045
Vivo Money	100,00%	Controlada	32.908	135	32.773	-	2.741
CloudCo Brasil	50,01%	Controlada	145.580	68.735	76.845	44.940	(24.039)
IoTCo Brasil	50,01%	Controlada	89.558	8.373	81.185	2.546	(1.503)
Aliança	50,00%	Controle conjunto	274.362	410	273.952	-	6.369
AIX	50,00%	Controle conjunto	46.586	27.872	18.714	55.872	1.387
ACT	50,00%	Controle conjunto	46	8	38	104	10
FiBrasil	25,01%	Controle conjunto	1.544.367	870.389	673.978	55.385	(34.253)

(1) A Terra Networks é a controladora integral e direta da TIS, sociedade com sede no Brasil, tendo como principais atividades a exploração e fornecimento de serviços e atividades de segurança, entre outras. Em 3 de outubro de 2022, a TIS adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Vita IT (nota 2.d).

(2) A POP é a controladora integral e direta da Recicla V Comércio e Reciclagem de Sucatas e Metais Ltda. ("Recicla V"), com sede no Brasil, tendo como principais atividades a compra e venda de sucata de materiais de cobre, alumínio, chumbo, ferro e outros materiais, entre outras.

c) Movimentação dos investimentos

	Controladas	Controle conjunto	Combinação de negócios	Outros investimentos	Total de investimentos na controladora	Total de investimentos no consolidado
Saldos em 31.12.20	334.119	143.655	-	778	478.552	144.433
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	39.267	(6.021)	-	-	33.246	(4.233)
Resultado de equivalência patrimonial pela remensuração da participação acionária (FiBrasil) (nota 2.d)	-	80.400	-	-	80.400	80.400
Resultado de equivalência patrimonial pelo valor justo da remensuração da participação acionária (FiBrasil) (nota 2.d)	-	41.095	-	-	41.095	41.095
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Terra Networks) (nota 19)	(146.226)	-	-	-	(146.226)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Vivo Money e CloudCo Brasil)	54.000	-	-	-	54.000	-
Aporte de capital - bens do ativo imobilizado e intangível (notas 13 e 14) (FiBrasil)	-	229.961	-	-	229.961	229.961
Baixa por alienação de investimentos (CloudCo Brasil e FiBrasil) (nota 2.d)	(5.683)	(134.144)	-	-	(139.827)	(134.144)
Remensuração da participação acionária (CloudCo Brasil e IoTCo Brasil) (nota 2.d)	72.252	-	-	-	72.252	-
Resultado de controlada FiBrasil antes da alienação	-	-	-	-	-	(1.789)
Transações de capital (Terra Networks e FiBrasil)	4	2.182	-	-	2.186	2.182
Outros resultados abrangentes (Terra Networks, TGLog, CloudCo Brasil, Aliança e outros investimentos)	2.984	(1.186)	-	(429)	1.369	(1.615)
Saldos em 31.12.21	350.717	355.942	-	349	707.008	356.290
Resultado de equivalência patrimonial pelos resultados	60.603	(23.742)	-	-	36.861	(23.742)
Dividendos e juros sobre o capital próprio (Terra Networks) (nota 19)	(54.151)	-	-	-	(54.151)	-
Aporte de capital - caixa e equivalentes de caixa (Garliava, Vivo Money e Vivo Ventures)	305.198	33.750	-	-	338.948	33.750
Equivalência patrimonial na aquisição da Garliava	(87.138)	-	-	-	(87.138)	-
Ágio (Garliava) (nota 2.d)	-	-	3.394.710	-	3.394.710	-
Mais/menos valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora (Garliava) (nota 2.d)	-	-	2.184.013	-	2.184.013	-
Equivalência patrimonial pelos resultados - menos valia dos ativos líquidos adquiridos da Garliava, atribuída à controladora (nota 2.d)	-	-	(60.101)	-	(60.101)	-
Investimentos da controlada Vivo Ventures (nota 2.d)	-	-	-	-	-	15.958
Transações de capital	-	2.409	-	-	2.409	2.409
Outros resultados abrangentes (Terra Networks, TGLog, CloudCo Brasil, Aliança e outros investimentos)	(1.426)	(16.258)	-	(212)	(17.896)	(16.470)
Saldos em 31.12.22	573.803	352.101	5.518.622	137	6.444.663	368.195

13. IMOBILIZADO

a) Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar (nota 9), e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. A Companhia não possui empréstimos que se enquadrem nos critérios para o reconhecimento de capitalização de custos.

Os custos do ativo imobilizado são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 20) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pela IFRS 16. Reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como estruturas (torres e *rooftops*) e o respectivo terreno onde estão localizadas; *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; equipamentos de informática; escritórios, lojas e imóveis comerciais.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos imobilizados estão apresentadas na nota 15.a).

c) Descrição, composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado e suas movimentações:

- Equipamentos de comutação e transmissão: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais: compreendem centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Equipamentos em comodato: compreendem aparelhos celulares e *modens* na modalidade de comodato.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

Controladora

	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais	Equipamentos em comodato	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Bens e instalações em andamento	Total
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.20	22.423.337	916.840	4.077.835	13.515.283	273.029	732.293	2.377.178	44.335.795
Adições (1)	427.277	-	107.961	2.792.660	-	154.945	6.301.773	9.784.616
Baixas líquidas (2)	14.120	(96)	87.079	(260.653)	(5.183)	490	(44.203)	(208.446)
Transferências líquidas	3.361.667	571.986	2.259.382	609.591	(900)	76.134	(6.958.353)	(130.493)
Subarrendamento	-	-	-	(64.177)	-	-	-	(64.177)
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]

…a por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 17:14:08 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida
…nfirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

d) Taxas de depreciação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou com o auxílio de empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados de mercado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os trabalhos indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das classes de ativos. Essas alterações na estimativa contábil, reduziram a despesa de depreciação em R$295.464 em 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os trabalhos não indicaram a necessidade de alterações na vida útil e taxas anuais de depreciação.

A seguir, apresentamos um quadro das taxas anuais de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, exceto para os ativos de arrendamentos, que estão apresentados na nota 13.e.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.22**	**31.12.21**	**31.12.22**	**31.12.21**
Equipamentos de comutação e transmissão	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%	2,50% a 14,29%
Equipamentos terminais	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%
Equipamentos em comodato (aparelhos celulares e *modems*)	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%	20,00% a 50,00%	25,00% a 50,00%
Infraestrutura	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%	2,50% a 20,00%
Outros ativos imobilizados	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%	10,00% a 25,00%

e) Arrendamentos (Direitos de Uso)

e.1) Composição e movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação consolidada dos arrendamentos, já contemplados nos quadros de movimentação do imobilizado (nota 13.c).

	Equipamentos de comutação e transmissão	Infraestrutura	Outros ativos	Total
Saldos e movimentações:				
Saldo em 31.12.20	**358.091**	**10.322.337**	**10.381**	**10.690.809**
Adições	410.169	2.702.635	500	3.113.304
Subarrendamento (nota 13.c)	-	(64.177)	-	(64.177)
Depreciação	(482.455)	(2.254.000)	(656)	(2.737.111)
Cancelamentos de contratos	(4.893)	(245.237)	-	(250.130)
Saldo em 31.12.21	**280.912**	**10.461.558**	**10.315**	**10.752.785**
Adições	39.688	3.118.054	71.596	3.229.338
Subarrendamento (nota 13.c)	-	1.665	-	1.665
Depreciação	(75.384)	(2.973.283)	(903)	(3.049.570)
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	-	526.515	-	526.515
Cancelamentos de contratos	-	(52.092)	-	(52.092)
Saldo em 31.12.22	**245.216**	**11.082.417**	**81.008**	**11.408.641**
Em 31.12.21				
Custo	336.080	17.331.955	128.099	17.796.134
Depreciação acumulada	(55.168)	(6.870.397)	(117.784)	(7.043.349)
Total	**280.912**	**10.461.558**	**10.315**	**10.752.785**
Em 31.12.22				
Custo	375.767	20.946.410	199.695	21.521.872
Depreciação acumulada	(130.551)	(9.863.993)	(118.687)	(10.113.231)
Total	**245.216**	**11.082.417**	**81.008**	**11.408.641**

e.2) Taxas de depreciação

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de depreciação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31.12.22**	**31.12.21**	**31.12.22**	**31.12.21**
Equipamentos de comutação e transmissão	10,00% a 66,67%	2,50% a 14,29%	10,00% a 66,67%	5,00% a 42,90%
Infraestrutura	2,36% a 85,71%	2,50% a 20,00%	2,36% a 92,31%	3,50% a 66,67%
Outros ativos imobilizados	26,09% a 37,50%	10,00% a 25,00%	26,09% a 40,00%	20,00% a 38,00%

f) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R$95.980 (R$78.631 em 31 de dezembro de 2021).

g) Equilíbrio da concessão

O modelo de concessão de Serviço Telefônico Fixo Comutado, adotado em 1998 com a assinatura dos contratos celebrados graças à privatização do setor de telecomunicações, gerou uma verdadeira revolução na prestação de serviços de telecomunicações no Brasil. Ao longo de mais de 20 anos, as concessionárias promoveram a expansão e a universalização do serviço de telefonia fixa que, antes da privatização, era caro, elitista e deixava os consumidores em uma longa fila de espera, de meses ou anos. Durante esse período, os contratos de concessão sofreram abalos em decorrência de diversos eventos ocorridos ao longo de sua vigência, que repercutem até os dias de hoje na equação financeira contratada originalmente.

Frente a este cenário e com o fim da vigência dos contratos de concessão se aproximando, é natural buscar-se um consenso com o órgão regulador sobre os eventos relacionados à alteração do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Nesse sentido, esgotamos as conversações em todas as vias administrativas e, dada a ausência de consenso, celebramos, em 1º de julho de 2021, compromisso arbitral firmado com a ANATEL. A Companhia apresentou à Câmara de Comércio Internacional, em 10 de julho de 2021, requerimento para instauração de uma arbitragem contra a ANATEL, conforme previsto no contrato de concessão e nos termos da Lei 9.307/1996, bem como da própria Lei Geral de Telecomunicações.

A Companhia apresentou, no dia 21 de março de 2022, suas alegações iniciais no procedimento arbitral requerendo, dentre outras questões, o reconhecimento de eventos ocorridos ao longo do contrato de concessão que precisam ser reequilibrados a nosso favor e a recomposição da sustentabilidade do contrato, bem como indenização pelo período em que o contrato permaneceu insustentável.

Após as alegações iniciais da Companhia, em junho de 2022 a ANATEL apresentou sua defesa. Em 19 de agosto de 2022 a Companhia apresentou réplica à defesa da ANATEL. Em 18 de outubro de 2022 foi apresentada a tréplica pela ANATEL. Em 17 de novembro de 2022 as partes especificaram as provas e em 8 de dezembro foi realizada a audiência das partes com o tribunal arbitral para a apresentação do caso.

A arbitragem é considerada um método ágil e tecnicamente adequado para a resolução de conflitos complexos. A expectativa é que deste modo as controvérsias relacionadas ao tema da concessão sejam solucionadas de forma técnica, viabilizando o encerramento seguro das atuais concessões do serviço telefônico fixo. Neste momento, não é praticável fazermos o prognóstico do resultado deste processo arbitral.

h) Adaptação do Modelo

Em 4 de outubro de 2019, foi publicada a Lei 13.879/2019 (decorrente da PLC 79/2016), que introduziu alterações no quadro regulamentar das telecomunicações, ao permitir que as concessionárias de telefonia fixa migrem de um regime de concessão para um regime de autorização sujeito a menores encargos regulatórios, inclusive os associados à continuidade e universalização do STFC da área de concessão, bem como eventuais restrições sobre os bens associados à sua prestação.

De acordo com a referida Lei, a ANATEL apresentou em 5 de julho de 2022 metodologia com estimativa de valor econômico associado à adaptação do instrumento de concessão para autorização, a ser validada pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), que após o voto do ministro relator sobre a legalidade da metodologia apresentada pela ANATEL, recebeu pedido de vistas de outro ministro, e deve voltar à pauta do tribunal em março de 2023. Após a decisão final do TCU sobre a metodologia aplicada, a ANATEL indicará o valor final para a adequação do instrumento de concessão para autorização. Valor este que, após confirmado e aceito pela Companhia, será convertido em projetos de investimento ainda não definidos pela ANATEL.

i) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia prevê que os bens indispensáveis à prestação de tal serviço na área de concessão, devem ser considerados como bens reversíveis.

Em 12 de abril de 2021, foi publicada no DOU a Resolução 744, aprovada pelo Ministério das Telecomunicações e pelo Conselho Diretor da Anatel no dia 4 de abril de 2021, que trata do Regulamento de Continuidade da Prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral em Regime Público ("RCON").

O referido regulamento, que entrou em vigência em 3 de maio de 2021, ao discorrer sobre a forma como a continuidade dos serviços STFC sob o regime de concessão deve ser garantida, estabeleceu que, quando do término do contrato de concessão do STFC da Companhia, os bens pertencentes ao seu patrimônio e que sejam utilizados para a prestação de múltiplos serviços, dentre os quais o STFC em regime público, serão objeto de contrato de cessão de direito de uso, em condições econômicas justas e razoáveis, entre a Companhia e o novo Concessionário ou a União, caso estes queiram fazer uso de tais bens para manter a continuidade da prestação do STFC em regime público.

De outro lado, aqueles bens que, além de essenciais, sejam efetivamente e exclusivamente empregados para assegurar a continuidade e a atualidade da prestação do STFC em regime público terão a sua posse revertida ao Poder Público mediante indenização conforme termos do RCON, caso o serviço continue a ser prestado, quer pela União, quer por novo Concessionário, ainda em regime público. Reforça-se que os bens de uso exclusivo do STFC e, assim, sujeitos ao regime de reversão previsto no regulamento, constituem acervo residual e decrescente do patrimônio da Companhia.

Desta forma, o patrimônio da Concessionária, ao final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, não estará suscetível à reversão de sua propriedade à União. A cessão do uso dos bens compartilhados e da posse dos bens exclusivos do STFC passa a ser definida por meio de contratos específicos já previstos no manual operacional do Regulamento de Continuidade, aprovado pelo Despacho Decisório nº 269/2021/COUN/SCO, que complementa dispositivos do Regulamento de Continuidade.

Sobre o tema, importante destacar que, a despeito da manutenção na Resolução nº 744 da obrigação de submissão de relação de bens reversíveis ("RBR") à ANATEL, tal obrigação, após sua aprovação e com a definição do modelo contratual acima descrito, possui caráter meramente informativo, com o fito de manter a transparência sobre a lista de bens utilizados pela Concessionária na prestação do STFC em regime público.

Não obstante, é importante ressaltar que, no âmbito do processo administrativo TC nº. 003.342/2022-0, em trâmite no TCU, foi expedido relatório técnico com menção a novo entendimento de que o RCON deveria ser revogado. Tal entendimento ainda será objeto de apreciação pelo Tribunal.

14. INTANGÍVEL

a) Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos dos ativos intangíveis são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Já os custos dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios correspondem ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

  Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.
- Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou ao nível da unidade geradora de caixa ("UGC"). A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

  Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua amortização, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

As informações sobre a recuperabilidade de ativos intangíveis, incluindo o ágio, estão apresentadas na nota 15.a).

c) Composição e movimentação

Apresentamos uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida:

- *Softwares*: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes e marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios.

(2) Os ingressos em licenças, referem-se à aquisição das licenças 5G (em 2021) e a prorrogação da autorização de direito do SMP nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e do Distrito Federal (em 2021 e 2022), nota 14.d.

(3) A baixa proporcional do ágio, refere-se às alienações dos investimentos da FiBrasil, CloudCo Brasil e IoTCo Brasil em

(4) Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado que foram utilizados na composição da participação socie

d) Licenças / Autorizações

Prorrogações das autorizações das faixas em 850 MHz, 900 MHz e 1800 MHz

Ao deliberar sobre a prorrogação das autorizações das faixas em 850 MHz, a ANATEL determinou, por meio do Acórdão Superintendência de Outorga e Recursos à Prestação ("SOR") tratasse dos pedidos de prorrogação das autorizações de A e B, propondo seu deferimento, em caráter primário, até 29 de novembro de 2028, se atendidos os requisitos legais e prorrogação deveria ser calculado a partir de parâmetros de valor presente líquido, de modo a refletir, segundo a ANATE das faixas.

Sendo assim, depois de superados os trâmites necessários junto à SOR, o Conselho Diretor da ANATEL, por meio do A prorrogou o prazo de vigência da autorização do direito de uso de radiofrequências, referente às faixas 869,0 a 880,0 M 845,0 a 846,5 MHz, associadas ao Termo de Autorização nº 001/2006/PVCP/SPV-ANATEL outorgado à Companhia, a exclusividade, em caráter primário e restrito à área de prestação referente ao Estado do Rio de Janeiro, conforme o Ato A prorrogação por um período inferior ao limite máximo previsto em Lei (20 anos) decorreu, na visão da ANATEL, da ne e redimensionamento da canalização da faixa. Já o cálculo do valor por método diverso aos anteriormente referidos (aprovou o Regulamento do Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências ("RPPDUR")) foi decidido sob a alegaç não têm previsão de aplicabilidade aos casos de uma segunda prorrogação das autorizações. Como complemento, d autorização fosse realizado no patamar de 10% do valor devido, cabendo aos 90% restantes sua quitação em forma de i Analogamente, a ANATEL prorrogou o prazo de vigência das autorizações do direito de uso de radiofrequências referent MHz, 890,0 a 891,5 MHz e 845,0 a 846,5 MHz na área de prestação equivalente ao Distrito Federal, associadas ao Te ANATEL, nos mesmos moldes estabelecidos na prorrogação das autorizações no Estado do Rio de Janeiro, em termos d consta no Ato nº 5.473, de 21 de Julho de 2021.

A Companhia e outras prestadoras recorreram de algumas condições para a renovação da licença, incluindo os critério negou provimento aos recursos e enviou o processo ao Tribunal de Contas da União para ratificação dos cálculos referen Em setembro de 2022, o Tribunal de Contas da União ("TCU") estabeleceu como procedimento padrão para autorizaçõe nº 13.879/2019 a realização de processo licitatório, permitindo, porém, as prorrogações das outorgas em 850 MHz a portanto, se reflete na expectativa de licitações em 2028 (para 850 MHz). A Companhia recorreu da decisão, de modo Contas.

Além disso, sobre as condições para renovação da licença das subfaixas em 850 MHz, tramita no judiciário um mandad em primeira instância, estando a apelação pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Adicionalmente, vale destacar que as vigências dos termos de autorização para uso das subfaixas em 900 MHz e 1800 Com exceção dos termos de autorização nº 002/2005/PVCP/SPV-ANATEL e nº 017/2005/PVCP/SPV-ANATEL, associados 1800 MHz no setor 3 do PGO (região no estado de MG), as autorizações de uso para estas subfaixas ainda não foram objet a princípio, prosseguir com a prorrogação nos moldes previstos nas cláusulas dos próprios termos de autorização, que adr ainda como pagamento o valor equivalente a 2% da receita operacional líquida do SMP, com recorrência bianual.

Entretanto, em decisão recente, a ANATEL optou por prorrogar os termos de autorização detidos por outra operadora (TI até 2032. Caso a ANATEL mantenha este entendimento para as autorizações da Companhia, buscando realizar em 2032 associadas nas subfaixas, nos mesmos moldes daquele pretendido para as subfaixas em 850 MHz citado anteriormente anos na expectativa de prorrogação originalmente estabelecida para as autorizações que ainda não foram prorrogadas (outro lado, para o caso específico das autorizações de 900 MHz e 1800 MHz no setor 3 (Minas Gerais), já previamente pr de 9 anos no período de vigência total destas autorizações (30 anos, sendo 15 anos do termo original e 15 anos de pro

Leilões das Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos de Outorga de Autorização de Uso de Blocos d 87 e 88/2021 ("Termos"), nas subfaixas de radiofrequências de 2.300 MHz a 2.390 MHz, 3.300 MHz a 3.700 MHz e 24,3 a implantação da tecnologia de quinta geração ("5G"), realizados pela ANATEL nos dias 4 e 5 de novembro de 2021, do Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a contar de 8 de dezembro de 2021, data de publicação dos extra União ("DOU"), associadas às autorizações para a prestação do SMP, expedidas pelos Termos n.º 78/2012/PVCP/SPV-A 06/2010/PVCP/SPV-ANATEL, prorrogáveis, sucessivamente, a título oneroso, nos termos da Lei nº 9.472/1997.

Em conformidade com os trâmites estabelecidos no âmbito do Edital de Licitação, além dos montantes de licenças de operadoras vencedoras constituíram e estão fazendo aportes de recursos conjuntamente na Entidade Administradora Administradora da Conectividade das Escolas ("EACE"). As parcelas que couberam à Companhia, totalizaram 4,65 radiofrequência; (ii) R$2.104.456 de aportes à EAF e, (iii) R$1.626.268 de aportes à EACE.

Como requisito para obtenção das referidas autorizações, a Companhia, assim como as demais prestadoras de serviços licitatório, assumiu uma série de compromissos distintos. Para as faixas de espectro de 2,3 GHz e 3,5 GHz, tais obri implantação de rede *backbone* de fibra ótica em locais com pouca ou nenhuma infraestrutura de conectividade. Além GHz devem financiar todas as atividades relacionadas à migração dos serviços de TV via satélite da banda C para a ba mitigação das interferências nos sistemas FSS), à construção de 6 (seis) infovias de alta capacidade com o lançamento d Integrada e Sustentável ("PAIS") e à implantação de redes privadas (fixa e móvel) de comunicação reservadas à Ad execução das referidas atividades. Os vencedores das faixas de espectro de 26 GHz, por sua vez, precisarão financiar conectividade em banda larga de escolas públicas a serem selecionadas em todo o país.

A frequência de 26GHz permite que a Companhia incremente a capacidade de sua rede em áreas urbanas mais densas 3.500MHz e 2.300MHz, para oferecer capacidade espectral para implantação da tecnologia 5G em todo o território naci Com a aquisição destas radiofrequências, a Companhia garante o espectro necessário à prestação do serviço de 5G a m serviço móvel ao oferecer aos seus clientes as soluções mais avançadas em termos de velocidade, qualidade e estabilid conectividade e acelerando o seu ecossistema digital.

A Companhia avalia que esta nova tecnologia reforça suas operações no mercado em que atua, não identificando até o como a necessidade de alteração de vidas úteis de outras tecnologias utilizadas atualmente.

Autorizações na faixa de 450 MHz

No âmbito do processo licitatório realizado em 2012, a ANATEL leiloou um lote de frequência de 450 MHz, associado à b por serviços de voz e de dados em áreas rurais remotas. Em função da aquisição de outorgas em 450 MHz, a Companh nas áreas rurais dos estados de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e municípios.

Além disso, em 8 de dezembro de 2022, a ANATEL revogou a autorização de espectro de 450 MHz da Companhia (451-45 de Alagoas, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e parte de São Paulo. A decis não pôde fornecer provas de ativação do serviço na faixa de 450 MHz em decorrência da indisponibilidade do ecossiste de dispensa contida no edital, interpretada pela ANATEL no sentido de que a renúncia funcionaria automaticamente do prazo contratual. Anteriormente, em setembro de 2022, a ANATEL revogou autorizações detidas por outros prestad

Visão geral das Autorizações para Uso do Espectro de Radiofrequência

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Compa exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	**Ba**
700 MHz	
850 MHz	
900 MHz	
1800 MHz	
2100 MHz	
2300 MHz	
2500 MHz	
3500 MHz	
26 GHz	

e) Taxas de amortização

A seguir, apresentamos um quadro das taxas de amortização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2

	Controladora	
Descrição	**31.12.22**	**3**
Softwares	20,00%	
Carteira de clientes	12,5% a 20,00%	
Marcas	7,70%	
Licenças	3,60% a 20,00%	3,60%
Outros intangíveis	20,00%	

15. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâ que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além de que o principal ativo operacional da Compa a qual é utilizada para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, a Companhia define seu negócio Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor pr (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos especí ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC a O valor justo líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é util corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros in Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identifica valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído. Caso a indicação exist ativo ou da UGC.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos p recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda d ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos ativos indicados:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data de encerra circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou desvalorização do valor contábil.

4

nica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

SOCIAIS

ados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais
petência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e
provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.
ações da Telefônica estão descritos na nota 30.
fícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
	460.149	370.247	497.568	397.906
	464.106	358.011	483.548	366.451
)	76.071	108.992	77.175	109.682
	36.086	33.091	39.035	35.818
	1.036.412	870.341	1.097.326	909.857
	975.432	848.819	1.035.652	888.324
	60.980	21.522	61.674	21.533

adorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e,
do com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
adorias)	6.134.913	6.131.924	6.572.181	6.243.614
	605.458	507.093	375.299	442.747
	218.620	217.000	224.555	217.000
	210.218	229.041	243.763	229.041
	7.169.209	7.085.058	7.415.798	7.132.402

S A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
	2.335.801	1.425.048	2.421.789	1.425.048
	949.930	1.363.530	1.020.067	1.416.323
	220.260	222.407	238.992	229.481
	92.662	87.726	93.427	87.726
	94.211	85.856	111.972	97.764
	3.692.864	3.184.567	3.886.247	3.256.342
	1.044.473	1.465.039	1.097.512	1.485.157
	2.648.391	1.719.528	2.788.735	1.771.185

021 e 2020 que, conforme decisões do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, estão com a exigibilidade
o não circulante.

ITAL PRÓPRIO

trados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em
pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio
stas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como

pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis
Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira, provisionam nos seus
ida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentação destas demonstrações
partida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos.
acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.
critos
clamados pelos acionistas prescrevem em três anos contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra
róprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.
eceber do Terra Networks

	Controladora	
	31.12.22	31.12.21
	12.396	44.369
	38.729	133.830
	(51.125)	(178.199)
	15.422	12.396
	15.422	12.396

sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de

agar

	Controladora / Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
	1.051.720	1.146.019
	1.009.454	927.324
	-	757.506
	1.552	2.132
	1.124.691	1.432.734
	3.187.417	4.265.715

extinção da SP Telecomunicações Participações Ltda. ("SPTE"). As ações de emissão da Companhia de titularidade
.A. ("Telefónica") e Telefónica Latinoamérica Holding S.L. ("TLH"), na proporção de suas respectivas participações
o patrimônio líquido. Desta forma, os créditos de juros sobre o capital próprio e dividendos que a SPTE detinha
i.a).

	Controladora / Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
	4.265.715	3.865.998
	2.028.524	1.587.518
s	2.763.750	3.824.750
	(167.449)	(116.236)
	(5.709.263)	(4.901.326)
	6.140	5.011
	3.187.417	4.265.715

sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de

gação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída
necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante desta obrigação possa ser efetuada.
nento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.
ntadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como

o, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido
nandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a
das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento
jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo
scais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
PPA)
ente do PPA gerados na aquisição dos controles da Vivo Participações (2011), da Global Village Participações (2015)
ndas judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme o caso, ao seu valor justo na combinação de negócios.
194/2022)
mplementar nº 194, de 23 de julho de 2022, que trata sobre a incidência de impostos sobre diversos setores
ços essenciais e indispensáveis, acarretando a redação de alíquota de ICMS sobre os serviços de comunicações e a
s. A contabilização destes montantes a restituir aos clientes foi realizada em contrapartida a descontos concedidos

essidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis
em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos
luxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à
iceiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados
ados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso.
de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.
s de arrendamento
o de contratos de arrendamento oriundos da Garliava, decorrentes da alienação ou desligamento de sites.

ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos
iva válida de que a Companhia ou suas controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do
nativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda
incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

ão e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente,

c.1) Provisões e contingências trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Provisões	517.577	463.394	540.190	486.955
Contingências possíveis	1.476.824	1.345.637	1.490.560	1.364.562

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de ex-empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: eventuais diferenças de pagamento de horas extraordinárias, remuneração variável, equiparação salarial e adicional de insalubridade ou periculosidade.

c.2) Provisões e contingências tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Provisões	2.389.825	2.058.034	2.483.427	2.147.369
Federais	685.793	655.253	779.395	744.588
Estaduais	1.112.094	842.905	1.112.094	842.905
Municipais	42.686	36.794	42.686	36.794
FUST	549.252	523.082	549.252	523.082
Contingências possíveis	33.367.478	29.948.793	33.472.824	30.248.600
Federais	3.002.051	2.927.654	3.042.010	2.964.490
Estaduais	21.711.855	18.927.351	21.712.030	19.163.608
Municipais	433.867	610.674	479.484	618.747
FUST, FUNTTEL e FISTEL	8.219.705	7.483.114	8.239.300	7.501.755

c.2.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) IRRF e CIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) compensação de FINSOCIAL; (iv) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/1998; (v) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; e (vi) INSS sobre terço constitucional de férias.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas ao ICMS, sendo: (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes; (viii) serviços não medidos; (ix) crédito de CIAP; e (x) assinatura mensal, não abrangidos pela modulação dos efeitos decorrentes do julgamento do STF.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) Imposto Predial e Territorial Urbano; e (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTTEL e FISTEL), descritos a seguir:

Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); (b) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (c) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (iv) PIS e COFINS sobre: (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (v) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como "*Fixed access unit*" (unidade de acesso fixo); (vi) IOF, exigência relativa às operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito; e (vii) IRRF sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia.

Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) estorno de créditos extemporâneos; (iii) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (iv) *co-billing*; (v) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vi) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (vii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (viii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (ix) cobrança diferida referente à interconexão (Detraf); (x) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xi) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiii) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xiv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xv) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvi) multa CDR/Detraf; (xvii) consumo próprio; (xviii) isenção de órgãos públicos; (xix) valores dados a título de descontos; e (xx) assinatura mensal com discussão sobre franquia de minutos.

Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre: (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; e (h) serviços prestados por terceiros; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

FUST, FUNTTEL e FISTEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada ("EILD") na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/2000, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas cobranças administrativas e judiciais pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R$5.103.037 (R$4.694.276 em 31 de dezembro de 2021).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTTEL, conforme determina a Lei nº 10.052/2000 e o Decreto nº 3.737/2001, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/2013.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R$1.013.427 (R$790.057 em 31 de dezembro de 2021).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado envolvido totalizava R$2.122.836 (R$2.017.422 em 31 de dezembro de 2021).

c.3) Provisões e contingências cíveis

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.22	31.12.21	31.12.22	31.12.21
Provisões	1.187.314	926.105	1.192.900	935.971
Contingências possíveis	2.163.980	2.107.576	2.175.547	2.119.701

c.3.1) Provisões cíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação às plantas comunitárias de telefonia e aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2022 o montante consolidado provisionado era de R$145.874 (R$130.163 em 31 de dezembro de 2021).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista individual na esfera judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2022 o montante consolidado provisionado era de R$244.663 (R$367.334 em 31 de dezembro de 2021).
- A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumerista coletiva e não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2022, o montante consolidado provisionado era de R$802.363 (R$438.474 em 31 de dezembro de 2021).

c.3.2) Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em síntese, restabelecimento ao "*status quo*" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. Em paralelo, as partes formularam acordo, já protocolado aos autos, mas ainda pendente de homologação judicial. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno às condições do plano anterior.
- Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. Após julgamento de procedência da ação em primeiro grau e confirmação da sentença em grau de apelação, a Companhia apresentou recurso de embargos de declaração. Em paralelo, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") interveio no processo, o que ocasionou a remessa dos autos para a Justiça Federal. Aguarda-se o recebimento do processo na Justiça Federal. Distribuído os autos na Justiça Federal, a PREVIC apresentou petição requerendo sua citação e sobreveio despacho determinando que a autarquia apresentasse as razões que justificam sua intervenção nos autos, bem como a natureza da intervenção. Com a apresentação da petição pela PREVIC, sucessivamente, as rés e a FENAPAS se manifestaram. Os autos foram remetidos à conclusão, onde aguardam decisão. Em 3 de julho de 2022, foi proferida decisão reconhecendo o interesse da PREVIC e intimando a autora, FENAPAS, para promover a inclusão do litisconsorte passivo, sob pena de extinção do feito, o que foi providenciado em 12 de julho de 2022. A União também requereu seu ingresso no feito, considerando a admissão da PREVIC como litisconsorte passivo necessário. A FENAPAS apresentou instrumento de transação firmado pelas partes. O acordo foi homologado pelo juízo, extinguindo-se o processo. Aguarda-se certificação do trânsito em julgado e o arquivamento dos autos.
- A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo órgão de Proteção e Defesa do Consumidor ("PROCON"), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio.
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ações judiciais em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores

a por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 17:14:08 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida
firmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- Processo administrativo que tramita no CADE, apura suposta ação coordenada entre as empresas Claro, Oi Móvel e a Companhia, que compuseram o Consórcio Rede Conexões para concorrer no pregão eletrônico nº 144/2015, realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; bem como suposta discriminação de preços, por parte da Companhia em relação a serviços ofertados à empresa BT Brasil Serviços de Telecomunicações Ltda. ("BT"), que comporiam sua proposta para concorrer no referido certame. Em sua defesa, a Companhia (i) afirma que a formação de consórcios para participação em licitações públicas é legal e capaz de promover a concorrência; e (ii) demonstra que não há fundamentação para alegação de conduta discriminatória, já que: (a) a Companhia não era a única alternativa de fornecedora da BT; e (b) não é correto comparar os preços do serviço oferecido pelo consórcio aos do serviço cotado pela BT, pois existem diferenciações entre eles de ordem técnica, de precificação e de quantidade de recursos envolvidos. Em 8 de março de 2021, foi publicada a Nota Técnica da Superintendência Geral opinando pela configuração de infrações da ordem econômica praticadas pelas empresas citadas. O processo foi encaminhado pela área técnica ao Tribunal do CADE, que decidiu que as operadoras praticaram conduta anticompetitiva. E após tal decisão, a Companhia opôs embargos de declaração, que estão pendentes de julgamento.
- Termo de Ajuste de Conduta ("TAC") assinado com a ANATEL em 28 de fevereiro de 2022, com início da vigência de 4 anos a partir da publicação no DOU, ocorrida em 3 de março de 2022. No TAC estão incluídos 24 PADOs relativos aos temas de Qualidade, Interrupções e Direito dos Usuários, cujas multas estimadas e aplicadas foram trocadas por investimentos em 14 compromissos de ajuste de conduta e compromisso adicional de construção de rota de *backbone* de fibra. Com o início da vigência do TAC e consequente arquivamento dos referidos PADOs que o compõe. Em 2022, houve baixas de R$42 milhões e R$324 milhões de processos com chances de perda prováveis e possíveis, respectivamente.
- Processo instaurado pela ANATEL para apurar eventuais providências acerca de possível repasse dos ganhos decorrentes de decisão do STF, que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS entre 2002 e 2017 nos planos da concessão. Neste processo, a Procuradoria e a área técnica da ANATEL entendem que tais ganhos não decorrem de eficiência empresarial, mas sim de uma alteração na ordem tributária. A proposta de devolução sugerida pela ANATEL seria por meio de uma revisão tarifária para planos básicos e a construção de infraestrutura de *backhaul* de alta capacidade para os planos alternativos, totalizando o valor de aproximadamente R$1 bilhão, que avaliamos com chance de perda possível. O caso será julgado pelo Conselho Diretor da ANATEL, a partir do qual poderá ser desafiado por meio de procedimento arbitral.
- Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADO") que trata de metas de cobertura cuja multa aplicada de R$127 milhões pode ser convertida em obrigação de fazer, que consiste em meio alternativo de cumprimento de sanção à multa, para investimento para instalação de estação rádio base 4G em 188 localidades desprovidas desta tecnologia, cuja instalação deve ocorrer em 2 anos e meio, com custos de manutenção equivalentes ao período de 1 ano. A instalação não pode decorrer de acordos de *iron shoring*, swap, aluguel de redes, contratos de exploração industrial, ou outros meios contratuais. Após adesão e confirmação de aderência pela ANATEL, o cumprimento dentro do prazo determinado será objeto de acompanhamento.
- A Companhia é parte em ações judiciais que discutem nulidade de cláusulas contratuais e obrigações de fazer e não fazer atreladas a suspensão de serviços, não aumento de Tarifas, reparos e manutenção de postes, que não envolvem valor financeiro determinado e, na fase atual em que se encontram, são inestimáveis. Os referidos processos aguardam julgamento nos tribunais.

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS, LICENÇAS 5G E PASSIVOS PELA AQUISIÇÃO DE SOCIEDADE

a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia e suas controladas não capitalizaram os custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia

b) Estimativas e julgamentos críticos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia e suas controladas possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia e suas controladas aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia e suas controladas reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia e suas controladas não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia e suas controladas estimam a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia e suas controladas.

c) Composição

	Consolidado					
	31.12.22			31.12.21		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituições financeiras (c.1)	**1.073.090**	**-**	**1.073.090**	**50**	**4**	**54**
PSI	3	-	3	50	4	54
Lei nº 4.131	1.073.087	-	1.073.087	-	-	-
Fornecedores (c.2)	**-**	**-**	**-**	**224.556**	**-**	**224.556**
Debêntures (c.3)	**236.833**	**3.500.000**	**3.736.833**	**1.028.463**	**-**	**1.028.461**
5ª emissão	-	-	-	1.028.463	-	1.028.463
7ª emissão	236.833	3.500.000	3.736.833	-	-	-
Arrendamentos (c.4)	**3.503.167**	**8.529.436**	**12.032.603**	**2.907.481**	**8.322.618**	**11.230.099**
Licenças 5G (c.5)	**652.301**	**1.191.670**	**1.843.971**	**2.746.342**	**1.704.464**	**4.450.806**
Passivos pela aquisição de sociedade (c.6)	**554.554**	**80.745**	**635.299**	**-**	**-**	**-**
Total	**6.019.945**	**13.281.851**	**19.301.796**	**6.906.892**	**10.027.086**	**16.933.978**

Todo passivo demonstrado no quadro acima foi contratado em moeda nacional (R$), exceto pelo empréstimo junto ao Citibank, contratado em moeda estrangeira (dólar norte-americano).

c.1) Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras

Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato com o Citibank em moeda estrangeira (dólar norte-americano), através da Lei nº 4.131, no montante de US$ 213.413 mil, equivalente a R$1.000.000, com vencimento em 28 de setembro de 2023, remunerado à 3,1546% a.a. O pagamento de juros será semestral e de principal no final da operação. Em 8 de abril de 2022, foi firmado contrato de *swap*, travando a remuneração da dívida por CDI + 0,70% a.a.

c.2) Financiamento - fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obtinha extensão de prazos de pagamento a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos, com o custo líquido equivalente entre 98,9% e 120,8% do CDI em 31 de dezembro de 2021. Em 2022, a Companhia realizou a quitação de todos os saldos dos acordos.

c.3) Debêntures

5ª emissão

A 5ª emissão foi liquidada em 8 de fevereiro de 2022, data de vencimento. O valor total de quitação foi R$1.039.012, sendo R$1.000.000 de principal e R$39.012 de encargos.

7ª emissão

Em 14 de julho de 2022, a Companhia concretizou a integralização da 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 series. Foram emitidas 3.500.000 debêntures com o valor unitário nominal de R$1.000,00 (mil reais), no valor nominal total de R$3.500.000 e concluída a liquidação da respectiva oferta pública com esforços restritos.

- A 1ª série, no valor nominal de R$1.500.000, tem remuneração de CDI + 1,12% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2025.
- A 2ª série, no valor nominal de R$2.000.000, tem remuneração de CDI + 1,35% a.a. Os juros serão pagos em parcelas semestrais a partir de 12 de janeiro de 2023 e o principal no vencimento, em 12 de julho de 2027.

As debêntures contam com o componente de sustentabilidade (Debêntures vinculadas a desempenho Ambiental, Social e Governança Corporativa ("ASG")), que permite sua classificação como *"sustainability-linked"*, nos termos exigidos pela *International Capital Market Association* nos *Sustainability-Linked Bond Principles*, versão de junho de 2020.

c.4) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; e (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão, escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato. Em 31 de dezembro de 2022, o prazo de vencimento mais longo desses contratos era em março de 2036.

A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 é de 13,45%, com prazo médio de vencimento de 5,51 anos.

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	31.12.22	31.12.21
Valor nominal a pagar	15.760.333	13.997.617
Despesa financeira não realizada	(3.727.730)	(2.767.518)
Valor presente a pagar (1)	**12.032.603**	**11.230.099**
Circulante	3.503.167	2.907.481
Não circulante	8.529.436	8.322.618

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, incluímos os montantes de R$55.960 e R$70.845, respectivamente, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefônica (nota 29).

c.5) Licenças 5G

Em 3 de dezembro de 2021, foram assinados junto à ANATEL, os Termos, decorrentes dos leilões para a implantação da tecnologia 5G, realizados pela ANATEL, dos quais a Companhia foi a vencedora. Estas autorizações têm prazo de vigência de 20 anos, a título oneroso, associadas às autorizações para a prestação do SMP, prorrogáveis sucessivamente nos termos da Lei nº 9.472/1997 (nota 16.6).

Estes montantes estão sendo atualizados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), acumulada mensalmente e pela variação do IGP-DI, conforme o caso.

Estes leilões têm como garantia contratos de seguros

22. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora
	31.12.22	3
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	694.450	
Alienação de mercadorias e ativos imobilizados (2)	78.027	
Subvenções governamentais	28.162	
Outras	8.016	
Total	**808.655**	
Circulante	670.965	
Não circulante	137.710	

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionam com o ao longo do tempo

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, c cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente represent

Saldos no início do exercício	
Ingressos	
Baixas	
Combinação de negócios - Garliava (nota 2.d)	
Saldos no final do exercício	

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais, não circulante.

Ano	
2023	
2024	
2025	
2026	
2027	
2028 em diante	
Total	

23. OUTROS PASSIVOS

	Controladora
	31.12.22	1
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 31)	761.854	
Obrigações com a ANATEL (1)	770.336	
Retenções de terrenos (2)	294.082	
Valores a restituir a clientes	62.354	
Obrigações com partes relacionadas (nota 29)	113.642	
Outras obrigações	50.863	
Total	**2.053.031**	**1**
Circulante	582.240	
Não circulante	1.470.791	1

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação da autorização exploração do SMP no Distrito Federal e nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (nota 16.6).

(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (u ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente capital autorizado.

A Lei das S.A., artigo 166, inciso IV estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da AGE convo Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações q Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de com das S.A., bem como, dentro de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da se

Em 31 de outubro de 2022, a Companhia, na forma e para fins do disposto no artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("nº 44/2021, conforme alterada, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Acordo de Voto celebrad controladoras Telefônica, TLH e SPTE, com a interveniência anuência da Companhia ("Acordo de Voto"), perdeu o seu e extinção da SPTE ocorrida em 31 de outubro de 2022, dado que seu objeto consistia na manutenção do exercício de de emissão da Companhia de titularidade da SPTE foram entregues às suas sócias Telefônica e TLH, na proporção de s da Sociedade, no âmbito da partilha do patrimônio líquido. A liquidação da SPTE, a consequente extinção do Acor resultaram na alteração da composição do controle da Companhia (que já era indiretamente detido conjuntamente pel sob controle comum da Telefônica), de sua estrutura administrativa ou de seu regular funcionamento.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R$63.571.416, representado por nominal, assim distribuído:

	31.12.22	
Acionistas	**Quantidade**	
Grupo Controlador	**1.244.241.119**	**74,**
Telefônica	614.399.555	37
Telefônica Latinoamérica Holding	608.905.051	36
SP Telecomunicações Participações	0	0
Telefônica Chile	936.513	0
Outros acionistas	**419.315.612**	**25,**
Ações em tesouraria	**13.381.540**	**0,**
Total de ações emitidas	**1.676.938.271**	**100,**
Ações em tesouraria	(13.381.540)	
Total de ações em circulação	**1.663.556.731**	
Valor patrimonial por ação em circulação:		
Em 31.12.22		
Em 31.12.21		

b) Reservas de capital

b.1) Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data de Brasil Ltda. que será capitalizado em fav após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/1999.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R$61.074.

b.2) Outras reservas de capital (Composição)

Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	
Cancelamento de ações em tesouraria (2)	
Custos diretos de aumentos de capital (3)	
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	
Efeitos de aquisições e alienações de sociedades (5)	
Total	

(1) Refere se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão

(2) Refere-se aos cancelamentos de 2.332.685 (equivalente a R$132.107) e 14.046.652 (equivalente a R$606.536) tesouraria, aprovados pelas AGEs de 17 de março de 2015 e 18 de fevereiro de 2022, respectivamente.

(3) Refere-se aos custos diretos (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril Oferta Primária de Ações.

(4) Refere-se a diferença entre o valor patrimônio da incorporação das ações da GVTPart, e o valor de mercado das ações

(5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição e alienação de sociedades, sendo: (i) Lemontree, GTR, CyberCo Bi Companhia; (ii) TGLog e Terra Networks pela TData; e (iii) TIS pela Terra Networks.

b.3) Ações em tesouraria

São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líqu demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios d contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Programa de recompra de ações da Companhia

Em 22 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 15, inciso 567/2015, aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia, que tem como objet da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.

A recompra está sendo efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante das últimas Demons data base de 31 de dezembro 2021 e consideradas as exceções elencadas no artigo 3º, § 1º, da ICVM 567/2015 (R$ 64

Este programa tem vigência até 22 de fevereiro de 2023, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respei regulamentação aplicável.

Eventos envolvendo ações em tesouraria

- Cancelamento de ações em tesouraria: em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, cancelamento de 14.046.652 ações ordinárias, posição de 31 de dezembro de 2021, no montante de R$606.536. A em contrapartida a "Outras reservas de capital".
- Recompra de ações: recompra de 13.381.200 ações ordinárias, no montante total de R$607.479, decorrente do Proc
- Direito de recesso (Aquisição de parte da UPI Ativos Móveis da Oi, nota 2.d): Em vista da ratificação aprovada pela da Companhia que, em relação à ratificação (i) não votaram favoravelmente; (ii) se abstiveram de votar; ou (iii) retirar-se da Companhia ("Direito de Recesso") nos seguintes termos e condições:
  - ✓ Direito de recesso e data de corte: aos acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia que, de forma ininterrupta, desde 29 de janeiro de 2021 (inclusive), até a data do exercício do referido Direito de R

5

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

iprovadas, por maioria dos votos dos detentores das ações ordinárias presentes, as demonstrações financeiras e

ntidas em tesouraria no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia, a Companhia divulgou um informando que o valor por ação ordinária do dividendo adicional proposto no montante de R$2.028.524 foi destes dividendos ocorreu em 18 de outubro de 2022, sendo creditado individualmente aos acionistas, obedecida paulhia ao final do dia 26 de abril de 2022.

o dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos

Datas					
Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor líquido por ação
12/02/21	26/02/21	19/07/22	150.000	127.500	0,075561
18/03/21	31/03/21	19/07/22	270.000	229.500	0,136084
15/04/21	30/04/21	19/07/22	280.000	238.000	0,141197
17/06/21	30/06/21	19/07/22	630.000	535.500	0,317815
16/09/21	30/09/21	19/07/22	600.000	510.000	0,303695
10/12/21	27/12/21	19/07/22	805.000	684.250	0,408035
10/12/21	27/12/21	18/10/22	1.500.000	1.500.000	0,894487
26/04/22	26/04/22	18/10/22	2.028.524	2.028.524	1.212002
Total			6.263.524	5.853.274	

scritos

i das S.A., os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no

2022 e 2021, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes ais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

uto Social da Companhia e em consonância com a Lei das S.A.

uros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2022 e 2021.

	2022	2021
	4.085.013	6.239.364
	(204.250)	(311.968)
	(95.095)	(43.009)
	3.785.668	5.884.387
distribuídos no exercício:	(3.075.000)	(4.235.000)
	(2.075.000)	(2.735.000)
	(1.000.000)	(1.500.000)
	710.668	1.649.387
critos	167.449	116.736
o da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	(51.386)	262.901
	826.731	2.028.524
líquido do exercício	826.731	2.028.524
o líquido ajustado (apenas informativo)	946.417	1.471.097

os propostos para 2022 foi de R$0,496986 (R$1,209659 para 2021).

, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2023.

esultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

arte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

d: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controle

s de avaliação patrimonial, líquidos dos tributos.

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
	(8.791)	(4.147)	78.826	65.888
	-	-	(1.186)	(1.186)
	-	3.738	-	3.738
de outros resultados abrangentes	(283)	-	-	(283)
	(9.074)	(409)	77.640	68.157
	-	-	(16.258)	(16.258)
	-	424	-	424
de outros resultados abrangentes	(140)	-	-	(140)
	(9.214)	15	61.382	52.183

mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ha não detêm ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

	Controladora	
	2022	2021
detentores de ações ordinárias	4.085.013	6.239.364
io (em milhares)	1.670.851	1.683.095
	2,44	3,71

das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 sociedades apresentavam montantes de participação de acionistas controladores e não controladores, como segue:

Vivo Ventures	CloudCo Brasil	IoTCo Brasil	Total
-	95.368	82.688	178.056
-	47.694	41.352	89.046
-	47.674	41.336	89.010
-	(7)	-	(7)
-	(4)	-	(4)
-	(3)	-	(3)
-	(18.516)	(1.503)	(20.019)
-	(9.260)	(752)	(10.012)
-	(9.256)	(751)	(10.007)
-	76.845	81.185	158.030
-	38.430	40.600	79.030
-	38.415	40.585	79.000
5.000	-	-	5.000
4.900	-	-	4.900
100	-	-	100
16.068	(78)	(328)	15.662
15.747	(39)	(164)	15.544
321	(39)	(164)	118
(543)	(55.192)	981	(54.754)
(532)	(27.602)	491	(27.643)
(11)	(27.590)	490	(27.111)
20.525	21.575	81.838	123.938
20.115	10.789	40.927	71.831
410	10.786	40.911	52.107

CloudCo Brasil em 02/08/21 e IoTCo Brasil em 1º/11/21.

ra e consolidado

das operações da CloudCo Brasil e IoTCo Brasil, ocorridas em 2021 e da constituição do Vivo Ventures em 2022 econciliação do lucro líquido da controladora e consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

2022	2021
4.085.013	6.239.364
(27.111)	(10.007)
(27.590)	(9.256)
490	(751)
(11)	-
4.057.902	6.229.357

os produtos ou serviços (fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão), são alocadas a cada obrigação de desempenho s em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita. equipamento ou serviço, é feito o ajuste contábil para alocar o preço de venda entre eles com base no preço justo l, o qual é apropriado ao resultado ao longo de períodos subsequentes.

restação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e s e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.

arga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à s.

ntes, classificadas como arrendamento (produto Vivo TECH), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

tilizada no momento da sua entrega, quando todos os riscos e benefícios são transferidos aos agentes credenciados. ntas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS, conforme o caso, PIS e COFINS, conforme o caso.

s

	Consolidado					
	2022			2021		
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas
Pessoal (1)	(1.109.109)	(3.059.974)	(719.017)	(4.888.100)	(861.876)	(2.661.782)	(588.016)	(4.111.674)
Serviços de terceiros (2)	(8.865.064)	(5.730.219)	(1.063.572)	(15.658.855)	(8.019.315)	(5.768.909)	(1.054.453)	(14.842.677)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.307.950)	(66.148)	(48.182)	(1.422.280)	(1.187.976)	(57.852)	(44.187)	(1.290.015)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.905.558)	(33.255)	(53.395)	(1.992.208)	(1.704.235)	(29.649)	(52.818)	(1.786.702)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	-	(1.315.614)	-	(1.315.614)	-	(1.436.288)	-	(1.436.288)
Depreciação e amortização (5)	(10.309.553)	(1.521.709)	(828.611)	(12.659.873)	(9.688.780)	(1.906.862)	(842.689)	(12.038.331)
Custo das mercadorias vendidas	(3.841.064)	-	-	(3.841.064)	(3.222.043)	-	-	(3.222.043)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(93.382)	(132.207)	(24.823)	(230.412)	(97.144)	(132.275)	(33.742)	(263.661)
Total	(27.431.680)	(11.839.126)	(2.737.600)	(42.008.406)	(24.781.369)	(11.594.117)	(2.615.905)	(38.991.391)

(1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.

(2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, *call center*, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.

(3) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.

(4) Inclui os custos e despesas com as taxas Fistel, Fust, Funttel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.

(5) Inclui os montantes consolidados de R$3.049.570 e R$2.737.111 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos (nota 13.e).

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Multas e despesas recuperadas (1)	953.086	2.534.039	960.851	2.534.835
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 20)	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Resultado operacional na operação da FiBrasil, incluindo a baixa do ágio (nota 2.d)	-	416.577	-	416.577
Outras receitas operacionais, líquidas (2)	321.861	61.816	281.732	42.235
Total	591.299	1.950.778	588.897	1.927.625
Outras receitas operacionais	1.274.947	3.012.432	1.242.583	2.993.647
Outras despesas operacionais	(683.648)	(1.061.654)	(653.686)	(1.066.022)
Total	591.299	1.950.778	588.897	1.927.625

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os créditos fiscais, nos montantes de R$396.723 e R$1.660.295, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9). O saldo remanescente refere-se a multas contratuais e outros créditos fiscais.

(2) Inclui os montantes dos ganhos líquidos na alienação de ativos (imóveis, sucatas etc.) e despesas com tributos sobre outras receitas operacionais.

28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

a) Política contábil

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	499.145	299.658	571.784	312.978
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	151.177	110.780	154.263	111.585
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	390.146	149.089	390.146	149.089
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (depósitos judiciais, tributos e outros) (1)	1.026.835	727.822	1.040.811	734.336
Outras receitas financeiras	49.838	2.415	59.194	2.545
Total	2.117.141	1.289.764	2.216.198	1.310.533
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e passivos pela aquisição de sociedade (nota 21) (2)	(1.793.487)	(924.096)	(1.850.286)	(924.215)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	(495.668)	(161.779)	(495.668)	(161.779)
Juros passivos (instituições financeiras, fornecedores, tributos e outros)	(331.860)	(190.890)	(345.424)	(194.223)
Variações cambiais de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 21)	(108.310)	-	(108.310)	-
Despesas com variações monetárias de provisões para contingências (nota 20)	(859.690)	(860.463)	(893.963)	(887.446)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (fornecedores, tributos e outros)	(78.693)	(71.517)	(86.276)	(76.276)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(195.837)	(193.739)	(202.591)	(193.174)
Total	(3.863.545)	(2.422.484)	(3.982.518)	(2.437.113)
Resultado financeiro, líquido	(1.746.404)	(1.132.720)	(1.766.320)	(1.126.580)

(1) Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, inclui os créditos fiscais, nos montantes de R$816.038 e R$609.096, respectivamente, oriundos de decisões sobre processos judiciais, a favor da Companhia, que reconheceu créditos fiscais de PIS e COFINS (nota 9).

(2) Inclui os montantes consolidados de R$1.292.376 e R$828.710 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, referente a encargos de arrendamentos (nota 21.e).

29. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e referem-se a:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.

b) Serviço de consultoria de construção de rede de fibra ótica.

c) Valores referentes a parcelas a receber em decorrência da venda de participação societária e aportes de capital, bem como a atualização desses valores.

d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.

e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.

f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.

g) Plataforma Adquira Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.

h) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.

i) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming*.

j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.

k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional.

l) Valores a serem ressarcidos pela SPTE em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária da Terra Networks. Conforme informado na nota 24.a, a SPTE foi liquidada e extinta em 31 de outubro de 2022 e, desta forma, o montante apresentado no quadro de demonstração de resultados refere-se ao período de janeiro a outubro de 2022.

m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca.

n) Aluguel de prédios, circuito de dados e ou infraestrutura.

o) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.

p) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.

Conforme descrito na nota 31, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros (TCS) atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros entre a TCS e a Companhia e suas controladas.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		31.12.22			31.12.21		
Empresas	Natureza da transação	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos	Caixa e equivalentes de caixa	Contas a receber	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	-	-	-	1	10.315
Telefônica Latinoamerica Holding	d)	-	-	23.287	-	-	24.879
Telefônica	d)	-	-	2.791	-	-	4.825
		-	-	26.078	-	1	40.019
Outras empresas do grupo							
Telefonica Global Solutions Participações	a) / d) / n)	-	5.295	124	-	3.632	109
Telefónica Venezolana	d) / k)	-	7.869	2.196	-	8.016	2.196
Telefônica Factoring do Brasil	d) / o)	-	1.799	74	-	2.187	80
Telefónica Global Solutions	f) / j) / k)	-	25.006	-	-	18.183	-
Telefonica Moviles España	k)	-	1.724	-	-	1.956	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	-	6.273	-	-	6.352	-

Assinado por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 17:14:08 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Demonstração dos Resultados

		2022			2021		
Empresas	Natureza da transação	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras	Receita operacional	Outras receitas (custos e despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	10.839	2.630	12	574	-
Telefônica Latinoamerica Holding	d)	-	16.280	(428)	-	5.925	(341)
Telefônica	d) / m)	-	(449.933)	12.113	-	(375.994)	(3.461)
		-	(422.814)	14.315	12	(369.495)	(3.802)
Outras empresas do grupo							
Telefonica Global Solutions Participações	a) / d) / f) / k) / n)	13.928	(110.417)	-	7.510	(108.094)	-
Telefônica Compras Electrónica	q)	-	(24.453)	(15)	-	(38.933)	-
Telefónica Digital España	h)	-	(177.107)	5.390	-	(155.508)	(8.351)
Telefônica Factoring do Brasil	d) / e)	5	1.455	(5.109)	1.882	254	(7.267)
Telefónica Global Technology	e)	-	(74.512)	17	-	(88.397)	(135)
Telefónica Global Solutions	f) / j) / k)	50.969	(67.157)	1.055	52.732	(72.781)	531
Telefonica Global Solutions Usa	f) / j)	-	(17.607)	766	343	(21.613)	(1.587)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / j) / n)	12.642	(736.318)	1.688	43.338	(235.371)	(7.381)
Telefônica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	d) / e) / i) / n)	1.713	(152.374)	-	924	(120.364)	-
Companhia AIX Participações	p)	30	1	(7.963)	20	-	(3.856)
Telefônica On The Spot Soluções Digitais do Brasil	d) / e)	168	(210)	-	16.891	(1.650)	-
Telefónica IoT & Big Data Tech	d) / h)	-	(101.757)	5.482	-	(76.218)	827
Telefonica Cybersecurity & Cloud Tech	h)	-	(19.298)	708	-	(19.842)	(229)
Telefônica Infra	c)	-	-	20.153	-	-	13.737
Filiratel Infraestrutura e Fibra Ótica	b) / d) / n)	7.639	(49.704)	973	39.018	(32.117)	973
Outras		10.072	(19.452)	1.602	11.543	(61.349)	1.367
		97.066	(1.048.650)	24.747	174.251	(1.031.961)	(9.371)
Total		97.066	(1.471.464)	39.062	174.263	(1.401.456)	(13.173)

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de R$35.243 e R$12.205, respectivamente. Destes montantes, R$21.141 (R$19.658 em 31 de dezembro de 2021) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$14.100 (R$12.567 em 31 de dezembro de 2021) a remuneração variável, que inclui os planos de remuneração em ações.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares

20 PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP")), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A Companhia aprovou um plano de incentivo (*Performance Share Plan* ("PSP VIVO") via unidades de performance, com liquidação em caixa ("Plano"). Os participantes do Plano farão jus à outorga de um determinado número de unidades representativas de 01 (uma) ação de emissão da Companhia (VIVT3) ("Unidade" e "Ação"). Cada Unidade representa a expectativa do direito ao recebimento do valor integral de 01 (uma) Ação, a qual servirá de base, tendo em vista o número de Unidades recebidas, para determinar o valor do incentivo a ser pago pela Companhia em dinheiro aos participantes.

A entrega das ações e/ou do incentivo está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica ou da Companhia, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica ou da Companhia e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3,3850 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2022 eram:

- *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:
  Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 134 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 107.600 ações da Telefônica.
  Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 173 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 295.030 ações da Telefônica.
  Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 136 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 289.500 ações da Telefônica.
- *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:
  Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 76 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 469.757 ações da Telefônica.
  Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023): com 83 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 1.654.058 ações da Telefônica.
  Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 103 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 865.821 ações da Telefônica.
- *Performance Share Plan* ("PSP VIVO"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível local:
  Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 101 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber o valor referente a 431.607 ações da Companhia.
- *Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefônica; Plano 100*
  Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).
  Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final deste período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.
  O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.
  A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.
  Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefônica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefônica ("as Ações de Comemoração").
  A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, empregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 26), nos montantes de R$38.528 e R$12.867 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R$77.175 e R$109.682, respectivamente, incluindo tributos.

21 PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração dos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/1998 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
			Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de

31 de dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro
para os planos de previdência Telefônica BD e Planos Visão utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 d
dezembro de 2022 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2021, projetado para 31 de dezembro de 202

c.2.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Te
empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das
de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentad
de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sis
Conforme Portaria Nº 1.061 da PREVIC, de 5 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9
distribuição de parte do seu *superávit*, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e m
temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor
na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano, já recebidas em sua totalidade pela Companhia (
Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigaçõ
e 2021. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu resgate/uso e, por não ser um pl
abatimento em futuras contribuições.

c.2.2) Plano CTB ("CTB")

As contribuições ao plano CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de a
O regime de determinação do custeio e o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual
seus empregados participantes do plano.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados
estavam na empresa em 1973, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o
se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Est
não admitindo novas adesões.

c.2.3) Plano Telefônica BD

A Companhia patrocina, individualmente, o plano de benefício definido previdenciário, o Telefônica BD.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos
de *Application Lifecycle Management* ("ALM") estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM
entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência,
trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

No momento da concessão, é calculado um benefício que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano
As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demog
acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas a

c.2.4) Planos Visão (Visão Telefônica e Visão Multi)

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (pla
Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica d
As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram
(R$56.592 em 31 de dezembro de 2021).

As contribuições aos planos Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participan
suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo,
moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego

c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Consolidado			
	31.12.22			
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Plan de previdênc pós-empre
Valor presente da obrigação por benefício definido	1.969.220	1.495.397	3.464.617	2.066.1
Valor justo dos ativos dos planos	3.273.309	909.271	4.182.580	3.310.2
Passivo (ativo) líquido	**(1.304.089)**	**586.126**	**(717.963)**	**(1.244.09**
Limitados dos ativos	1.369.814	114.804	1.483.618	1.217.7
Ativo circulante	-	-	-	(90.53
Ativo não circulante	(4.161)	-	(4.161)	(4.1
Passivo circulante	7.553	19.734	27.287	7.1
Passivo não circulante	61.243	681.196	742.439	61.6

c.3.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	Consolidado			
	2022			
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Plan de previd pós-em
Custo do serviço corrente	1.857	13.667	15.524	2.1
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	(2.466)	51.628	49.162	(2
Total	**(609)**	**65.295**	**64.686**	**(1**

c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Consolidado			
	2022			
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Plan de previdênc pós-empre
(Ganhos) perdas atuariais	(46.511)	6.843	(39.668)	(70.09
Efeito limitador	46.240	71.149	117.389	56.0
Total	**(271)**	**77.992**	**77.721**	**(14.05**

c.3.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Consolidado			
	31.12.22			
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Pla de previdê pós-empr
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	**(26.359)**	**581.025**	**554.666**	**(91.2**
Despesas no exercício	(609)	65.295	64.686	(4.9
Contribuições das patrocinadoras	(7.529)	(23.382)	(30.911)	(8.0
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(271)	77.992	77.721	(14.0
Distribuição de reservas	99.493	-	99.493	91.
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	**64.725**	**700.930**	**765.655**	**(26.3**
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(4.161)	-	(4.161)	(95.1
Passivo atuarial reconhecido no balanço	68.886	700.930	769.816	68.

c.3.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	Consolidado			
	31.12.22			
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos previdên pós-empr
Passivo de benefício definido no início do exercício	**2.066.175**	**1.401.044**	**3.467.219**	**2.238.7**
Custo do serviço corrente	1.857	13.667	15.524	2.1
Juros sobre o passivo atuarial	169.354	121.236	290.590	169.1
Benefícios pagos	(188.382)	(70.975)	(259.357)	(175.8
Contribuições de participantes vertidas	368	-	368	
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	63.005	189.038	252.043	176.0
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	(343.157)	(158.593)	(501.750)	(335.9
Passivo de benefício definido no final do exercício	**1.969.220**	**1.495.397**	**3.464.617**	**2.066.1**

c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Consolidado			
	31.12.22			
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos previdên pós-empr
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**3.310.273**	**860.165**	**4.170.438**	**3.411.2**
Benefícios pagos	(182.298)	(47.636)	(229.934)	(169.2
Contribuições de participantes vertidas	368	-	368	
Contribuições de patrocinadora vertidas	1.445	43	1.488	1.4
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	276.655	73.098	349.753	242.7
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(33.643)	23.603	(10.040)	(89.2
Distribuição de reservas	(99.493)	-	(99.493)	(91.9

nica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado 31.12.21	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
ício definido	8,56% a 8,61%	8,74% a 8,78%
	4,32% a 6,09%	Não aplicável
	Não aplicável	6,35%
nciários	3,3%	Não aplicável
édicos	Não aplicável	57 a 63 anos
	57 a 60 anos	57 a 63 anos
	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% e 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%	RP-2000 Disabled Masculina, suavizada em 60%
	Light-Forte; Álvaro Vindas (suavizada em 50%); Light-Fraca (suavizada em 50%)	Light-Forte
	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

ra 2022 e 2021 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação avamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0% para 2022 e 2021.

exercício anterior

realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão sas em seus Conselhos Deliberativos.

deram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) efício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de ual de reajuste dos benefícios previdenciários.

enefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
tuariais do exercício corrente	1.969.220	1.495.397	3.464.617
tuariais do exercício anterior	2.112.377	1.653.990	3.766.367
ariais	**(143.157)**	**(158.593)**	**(301.750)**

ivas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam enefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido

obrigação de benefício definido para os cenários de aumento e redução na taxa de desconto utilizada para e na taxa de crescimento dos custos médicos.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
escimento dos custos médicos atual	1.969.220	1.495.397	3.464.617
	1.969.220	1.700.076	3.669.296
	1.969.220	1.326.082	3.295.302
te pela taxa atual	1.969.220	1.495.397	3.464.617
	1.901.638	1.406.988	3.308.626
	2.041.501	1.593.293	3.634.794

	Consolidado			
	31.12.22		31.12.21	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
rcado ativo:				
	2.809.035	848.895	2.756.822	799.963
	161.175	60.376	222.907	59.352
	164.776	-	136.725	-
	20.716	-	29.278	-
	840	-	883	-
	6.896	-	20.919	-
	20	-	23.379	860
	6.217	-	5.667	-
	84.497	-	91.845	-
	17.215	-	20.496	-
	1.922	-	1.352	-
	3.273.309	**909.271**	**3.310.273**	**860.165**

a e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e os setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que ado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que da fixa de remuneração pré-fixada.

ego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar o casamento dos fluxos de ativos e e outros ativos de longo prazo.

O DE CAPITAL E RISCOS

ficado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; angentes, conforme a situação.

o inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios

rado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar s de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada

exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do dotado.

ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de a cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros antidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de tuais e com o objetivo de venda.

m caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, éditos com partes relacionadas.

de da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

o: são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido

temente mensurados a custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a perdas por is e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa desses ativos é reconhecido

ltados abrangentes: são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros ltado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

e de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: (i) os ou (ii) ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) ocorrer a transferência substancial rer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir

impairment para ativos financeiros com base nas perdas de crédito esperadas, usando um método simplificado omerciais, recebíveis de arrendamentos e ativos contratuais).

do valor recuperável é reconhecida por referência às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil do ativo. m matrizes baseadas na experiência histórica de inadimplência em um portfólio segmentado por categoria de para cada categoria tem um horizonte de tempo definido, dividido em intervalos, de acordo com a política de stóricos que cobrem pelo menos 24 ciclos de coleta. Esses dados são atualizados regularmente. Com base nas

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas razoáveis para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados.

a.4) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.5) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: (i) existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; (ii) o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e (iii) o índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge*, para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

No reconhecimento inicial de um relacionamento de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo. Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluídos é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*. Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*) for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela B3.

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo Valor a receber (a pagar)	
Descrição	**31.12.22**	**31.12.21**	**31.12.22**	**31.12.21**
Contratos de *swaps*				
Ponta Ativa	**1.701.304**	**285.243**	**158.023**	**60.884**
Moeda estrangeira	1.526.619	243.812	105.663	116
US$ (1) (2)	1.428.565	148.060	105.472	-
EUR (1)	95.231	90.114	167	-
NDF US$ (4)	2.823	5.638	24	116
Taxa pós	143.813	-	1.357	-
CDI (1)	143.813	-	1.357	-
Índices de inflação	30.872	41.431	51.003	60.768
IPCA (3)	30.872	41.431	51.003	60.768
Ponta Passiva	**(1.701.304)**	**(285.243)**	**(164.141)**	**(73.560)**
Taxa pós	(1.579.506)	(279.605)	(163.730)	(73.560)
CDI (1) (2) (3)	(1.579.506)	(279.605)	(163.730)	(73.560)
Taxa pré	(2.823)	(5.638)	-	-
NDF US$ (4)	(2.823)	(5.638)	-	-
Moeda estrangeira	(118.975)	-	(411)	-
US$ (1)	(143.813)	-	(411)	-
EUR (1)	24.838	-	-	-
Ponta ativa			**158.023**	**60.884**
Circulante			113.501	6.451
Não Circulante			44.522	54.433
Ponta passiva			**(164.141)**	**(73.560)**
Circulante			(86.548)	(4.538)

por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 17:14:08 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida
firmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2022.

		Consolidado		
Operação	**Fatores de Risco**	**Provável**	**Deterioração 25%**	**Deterioração 50%**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	95.195	118.994	142.793
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(116.929)	(146.161)	(175.393)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	20.402	25.503	30.604
	Exposição Líquida	**(1.332)**	**(1.664)**	**(1.996)**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	1.280.294	1.600.368	1.920.441
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(1.391.527)	(1.739.409)	(2.087.291)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	111.449	139.311	167.174
	Exposição Líquida	**216**	**270**	**324**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	51.003	61.436	36.046
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(51.003)	(61.436)	(36.066)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US$)	2.823	3.529	4.411
Opex em US$	Opex (Risco aumento US$)	(2.823)	(3.529)	(4.411)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco queda CDI)	86.137	101.998	117.558
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(76.236)	(76.203)	(77.124)
	Exposição líquida	**9.901**	**25.795**	**40.434**
Exposição líquida total em cada cenário		**8.785**	**24.401**	**38.762**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	**15.616**	**29.977**

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

Variável de Risco	**Provável**	**Deterioração 25%**	**Deterioração 50%**
US$	5,2177	6,5221	7,8266
EUR	5,5699	6,9624	8,3548
IPCA	5,90%	7,38%	8,85%
IGPM	5,90%	7,37%	8,84%
CDI	13,65%	17,06%	20,48%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2022, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

d) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Para fins de divulgação do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo.

A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

			Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	**Hierarquia de valor justo**	**31.12.22**	**31.12.21**	**31.12.22**	**31.12.21**
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		1.359.061	6.187.360	1.359.061	6.187.360
Aplicações financeiras (nota 4)	1		1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber (nota 5)	1		8.393.728	8.064.097	8.393.728	8.064.097
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	113.501	6.451	113.501	6.451
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		93.142	132.963	93.142	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		245.363	218.536	245.363	218.536
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		43.295	37.044	43.295	37.044
Contas a receber (nota 5)	1		399.029	470.882	399.029	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	44.522	54.433	44.522	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		48.438	97.523	48.438	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		164.490	332.721	164.490	332.721
Total de ativos financeiros			**10.905.585**	**15.632.119**	**10.905.585**	**15.632.119**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 17)	1		7.169.209	7.085.058	7.169.209	7.085.058
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		1.073.090	224.606	1.073.090	224.606
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	3.278.459	2.903.797	3.278.459	2.903.797
Debêntures (nota 21)	1		236.833	1.028.463	236.833	1.028.787
Licenças 5G (nota 21)	1		652.301	2.746.342	652.301	2.746.342
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		545.630	-	545.630	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	86.532	4.538	86.532	4.538
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	3	Nível 2	16	-	16	-
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		35.502	47.976	35.502	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 23)	1		62.354	43.144	62.354	43.144
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		112.547	127.729	112.547	127.729
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		-	4	-	4
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	8.212.643	8.317.073	8.212.643	8.317.073
Debêntures (nota 21)	1		3.500.000	-	3.500.000	-
Licenças 5G (nota 21)	1		1.191.670	1.704.464	1.191.670	1.704.464
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	77.593	69.022	77.593	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		734.833	517.147	734.833	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		995	1.002	995	1.002
Total de passivos financeiros			**26.970.207**	**24.820.[illegible]**	**26.970.207**	**24.820.689**

			Consolidado			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	**Hierarquia de valor justo**	**31.12.22**	**31.12.21**	**31.12.22**	**31.12.21**
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	1		2.273.834	6.448.483	2.273.834	6.448.483
Aplicações financeiras (nota 4)	1		1.016	30.109	1.016	30.109
Contas a receber (nota 5)	1		8.691.114	8.100.269	8.691.114	8.100.269
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	113.501	6.451	113.501	6.451
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		93.142	132.963	93.142	132.963
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		253.144	301.427	253.144	301.427
Não Circulante						
Aplicações financeiras (nota 4)	1		43.295	37.238	43.295	37.238
Contas a receber (nota 5)	1		399.029	470.882	399.029	470.882
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	44.522	54.433	44.522	54.433
Alienação de imóveis e outros valores a receber (nota 11)	1		48.438	97.523	48.438	97.523
Créditos com partes relacionadas (nota 11)	1		181.085	364.861	181.085	364.861
Total de ativos financeiros			**12.142.120**	**16.044.639**	**12.142.120**	**16.044.639**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 17)	1		7.415.798	7.132.402	7.415.798	7.132.402
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		1.073.090	224.606	1.073.090	224.606
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	3.503.167	2.907.481	3.503.167	2.907.481
Debêntures (nota 21)	1		236.833	1.028.463	236.833	1.028.787
Licenças 5G (nota 21)	1		652.301	2.746.342	652.301	2.746.342
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		554.554	-	554.554	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	86.532	4.538	86.532	4.538
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	3	Nível 2	16	-	16	-
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		35.502	47.976	35.502	47.976
Valores a restituir a clientes (nota 23)	1		63.460	43.964	63.460	43.964
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		118.303	134.221	118.303	134.221
Não Circulante						
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	1		-	4	-	4
Arrendamentos (nota 21)	2	Nível 2	8.529.436	8.322.618	8.529.436	8.322.618
Debêntures (nota 21)	1		3.500.000	-	3.500.000	-
Licenças 5G (nota 21)	1		1.191.670	1.704.464	1.191.670	1.704.464
Passivos pela aquisição de sociedade (nota 21)	1		60.745	-	60.745	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 32)	2	Nível 2	77.593	69.022	77.593	69.022
Obrigações com a ANATEL (nota 23)	1		734.833	517.147	734.833	517.147
Obrigações com partes relacionadas (nota 23)	1		6.421	3.640	6.421	3.640

O perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, incluem os valores de principal e juros futuros até a data do fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juro de mercado para cada período.

f.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Comp de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatur é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na co modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações fi comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fia operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlan contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de

f.5) Riscos ambientais

As operações e propriedades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisa proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. requisitos legais presentes e futuros, ou identificar e gerenciar passivos ambientais novos ou já existentes, terá de incorrer e custos de investigação e remediação, indenizações, compensações, ajustamento de conduta, multas, suspensão de atividades melhorar as instalações ou alterar as operações, além de danos à reputação da Companhia frente ao mercado.

A identificação de novas questões ambientais relevantes, a alteração nos critérios de avaliação por parte das agências regulamentos mais restritivos ou outros eventos não previstos podem vir a resultar em passivos ambientais significativos e algum desses fatores poderia ter um efeito adverso material sobre o negócio, o resultado das operações e situação financeira com o artigo 75 da Lei nº 9.605/1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R$50.000.000,0 ainda prejuízos relacionados a embargos ou sanções administrativas, além de indenizações e reparos por danos causados ao

As mudanças climáticas representam uma série de riscos ambientais potenciais para operadoras de telecomunicações, com regulatório quanto físico. O aumento na intensidade e frequência de eventos extremos de precipitação, ciclones, inundações ou interromper por um período indeterminado as operações de transmissão da Companhia. Se ocorrerem graves desastre poderá não ter recursos suficientes para reparar sua infraestrutura em tempo oportuno e de forma econômica.

Em uma análise quantitativa realizada, nota-se que o aumento da temperatura afeta diretamente as condições operacionais d podendo provocar falhas, desgaste acelerado e perda de ativos e, portanto, aumenta os riscos de interrupções do serviço, essencial para a operação da Companhia. Logo, o aquecimento global, também pode elevar nossas necessidades de refrigeração aumentarem.

O setor de telecomunicações não é especialmente dependente de combustíveis fósseis, mas é muito dependente do consumo que um aumento nos preços da eletricidade devido à escassez de recursos naturais pode ter um impacto significativo na relacionadas à energia. O impacto econômico estimado desse risco o classifica como substantivo, no horizonte de 2030.

Para gerenciar os riscos climáticos, a Companhia promove programas de eficiência energética e planos de energia renovável ter uma área dedicada de continuidade de negócios, orientada pelo *Global Business Continuity Regulation* ("GBC"), que garantindo a resiliência de suas operações antes de qualquer eventual interrupção.

f.6) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos cont Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a entidade reguladora do setor de telecomunicaçõ políticas e regulamentação do setor; licenciamento; taxas e tarifas; aspectos concorrenciais, incluindo, a capacidade da Comp outras empresas de telecomunicações; padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor; penalidades e ou e acordos; além de obrigações ligadas à universalização dos serviços.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumpri atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras são marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob a brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessões é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das au as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e manter um míni serviço. Uma eventual falha no cumprimento destes requisitos pode resultar na imposição de multas, penalidades ou out término das autorizações e concessões para operar. Uma rescisão parcial ou total de quaisquer autorizações, licenças e co um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas d

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas p reequilibrar os mercados onde um ou mais participantes detêm poder de mercado significativamente distinto sobre outros c

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que consta na agenda regulatória para o biênio 2023-2024 da ANATEL, a revisão ("PGMC"), Resolução nº. 600, de 8 de novembro de 2012, atualizada pela Resolução nº. 694, de 17 de julho de 2018, q normativo, um conjunto de medidas específicas destinadas à promoção da competição e estabelece os marcos para futu competição setorial, que ocorre a cada quatro anos, com a reavaliação dos mercados relevantes no setor, as medidas regulató de Mercado Significativo - PMS, anteriormente estabelecidos pelo próprio regulamento.

Sem prejuízo da revisão do PGMC mencionada acima, a recente aquisição da UPI dos ativos móveis da OI MÓVEL S.A. pelas brasileiro (Vivo, Claro e TIM) ("Operação"), despertou preocupações de ordem concorrencial identificadas pela ANATEL regulatórios a fim de preservar as condições de concorrência nos mercados relevantes afetados pela Operação, dentre os quai Mercado Relevante de Roaming Nacional; (ii) Oferta de Referência para exploração do Serviço Móvel Pessoal - SMP por mei Cessão Temporária e Onerosa de Direitos de Uso de Radiofrequência; (iv) Oferta de Exploração Industrial de Rede.

Com relação à oferta de referência no mercado relevante de *roaming* nacional, a versão publicada ao mercado para dar cu mencionado utiliza como base os valores de referência aprovados e calculados, pela ANATEL, a partir da aplicação de nova custos do mercado de *roaming* nacional (modelo LRIC+ *bottom-up* - Ato nº 8822/2022). Em decorrência da alteração da m referência apresentam redução significativa quando comparados aos valores de referência anteriormente vigentes (modelo

No contexto geral acima, a adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas e a perspectiva de adoção, pela ANA remuneração que podem impactar o cenário de remuneração e custos, poderia prejudicar substancialmente os negócios, operacionais e perspectivas da Companhia.

Já com relação às tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essa de serviços de telecomunicações, a fim de permitir e remunerar o uso interconectado de suas redes. Na medida em que interconexão reduzem o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receita da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados ne brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou m operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de se sanções significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias; atrasos na concessão de, ou falta de concessão e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

f.7) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corpo Em 31 de dezembro de 2022, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada socieda principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R$900 000 para e R$75.000 para responsabilidade civil geral.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qu Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

f.8) Compliance

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legisl nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cump e Decreto nº 11.129/2022, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legisl políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, executivos, representante não adotarão individualmente algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislaç possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas a penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu Programa de *Compliance*, po de governança robusta que garanta uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáve Como resultado do compromisso da Companhia em manter um robusto Programa de *Compliance*, em 2020, 2021 e 2022, a C (Diretrizes para o Sistema de *Compliance*), que evidencia a evolução de seu Programa de *Compliance* no decorrer dos últim

33. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 3

	Consolidado					
		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento		Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financia não envolvem caixa e equiv	
	Saldos em 31.12.21	**Ingressos**	**Liquidações**	**Liquidações**	**Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais**	**Ingressos (cancelamentos) de contratos de arrendamentos e de financiamentos a fornecedores**
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.265.735	-	(5.709.261)	-	-	-

ıica

Telefônica Brasil S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015.881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ão de R$10 milhões no Klubi Participações S.A. ("Klubi"), por meio de aquisição de debêntures conversíveis izada pelo Banco Central para operar como administradora de consórcios no Brasil, que atualmente oferece

eses. O objetivo do investimento é reforçar a presença da marca Vivo na área de soluções financeiras, na qual Vivo Money, a conta digital Vivo Pay, os cartões de crédito *co-branded*, além de seguros para celular e *tablet*.

ada em 1º de fevereiro de 2023, aprovou a incorporação da Garliava ("Incorporação"), conforme descrito no mbro de 2022 (nota 1.d.6).

a da ANATEL e da conclusão de procedimentos operacionais relacionados à parametrização sistêmica. Diante va deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião a ser realizada especialmente para dições, quando, então, a incorporação se tornará eficaz.

apital, emissão de novas ações ou em alteração nas participações dos acionistas da Companhia, não havendo, ies ou direito de recesso.

os

rovado pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser prio, relativo ao exercício social de 2023, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 022, no montante bruto de R$106.000, equivalente a 0.063772 por ação, correspondendo a um valor líquido a 0.054206 por ação, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2023.

iado acima poderá sofrer ajustes futuros, até 28 de fevereiro de 2023, em função de eventuais aquisições de Companhia.

ulho de 2024, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado, cida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 28 de fevereiro de 2023.

d) Programa de recompra de ações da Companhia e cancelamento de ações em tesouraria da Companhia

Em 15 de fevereiro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 15, inciso XV do Estatuto Social e da Resolução CVM nº 77/2022, aprovou: (i) um novo programa de recompra de ações da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital, e (ii) cancelamento de 13.381.540 ações ordinárias mantidas em tesouraria.

A recompra das ações será efetuada, na quantidade máxima de 40.550.121 ações ordinárias, mediante a utilização de recursos disponíveis nos termos do artigo 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77/2022, tais como reservas de lucros, de capital e resultados conforme realizados no exercício social em andamento. O valor máximo a ser utilizado no programa é de R$500 milhões.

Este programa terá vigência a partir de 23 de fevereiro de 2023 (um dia imediatamente posterior à data de término do programa de recompra de ações atualmente em vigor) e término em 22 de fevereiro de 2024.

As aquisições serão realizadas na Bolsa de Valores (B3 – Brasil, Bolsa e Balcão), a preços de mercado, cabendo à administração da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, respeitando os limites previstos no Programa e na regulamentação aplicável.

e) Pedido de Anuência à ANATEL – Redução de Capital da Companhia

A Companhia, na forma e para fins do disposto no artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do disposto na Resolução da CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, informou em 15 de fevereiro de 2023 que seu Conselho de Administração aprovou a apresentação, pela Companhia, de pedido de anuência prévia junto à ANATEL para ter a possibilidade de efetuar a redução do seu capital social ("Redução").

O pedido de anuência objetiva oferecer à Companhia flexibilidade para reduzir seu capital social em até R$5 bilhões (cinco bilhões de reais), em uma ou mais etapas no curso de exercícios futuros, conforme avaliação da Administração acerca das condições financeiras da Companhia. Caso permitida pela ANATEL e julgada adequada pela Companhia, a Redução será efetivada mediante a restituição de recursos aos seus acionistas na proporção de sua participação acionária e sem o cancelamento de suas ações.

f) Datas de pagamentos dos dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados no exercício de 2022

Em 15 de fevereiro de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas que os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 16 de fevereiro de 2022, 17 de março de 2022, 13 de abril de 2022, 14 de junho de 2022, 19 de agosto de 2022 e 9 de dezembro de 2022, bem como os dividendos adicionais a serem aprovados na Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), serão pagos nos dias 18 de abril de 2023 e 18 de julho de 2023, conforme detalhado no aviso aos acionistas divulgado pela Companhia.

DIRETORIA

aad Gebara
esidente

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Secretário Geral e Diretor Jurídico

Carlos Cesar Mazur
Contador - CRC - 1PR-028067

PARECER DO CONSELHO FISCAL

. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações e em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso III, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de s Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022"), bem como da Proposta de Destinação o as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

Gabriela Soares Pedercini
Conselheira Fiscal (efetivo)

Cremênio Medola Netto
Conselheiro Fiscal (efetivo)

Charles Edwards Allen
Conselheiro Fiscal (efetivo)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE

fônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais e em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VIII, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, procederam ao exame e análise das las do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2022 a da Telefônica Brasil e pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S., opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

José María Del Rey Osorio
sidente do Comitê de Auditoria e Controle

Alfredo Arahuetes García
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Juan Carlos Ros Brugueras
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas io Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2022"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2022 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria es Independentes S.S. e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica

São Paulo, 15 de fevereiro de 2023.

ro de Carvalho
ho de Administração
lasetti Borsari
Administração
suad Gebara
Administração
eno Martinez
Administração

José María Del Rey Osorio
Conselheiro de Administração
Solange Sobral Targa
Conselheira de Administração
Alfredo Arahuetes García
Conselheiro de Administração
Andrea Capelo Pinheiro
Conselheira de Administração

Denise Soares dos Santos
Conselheira de Administração
Francisco Javier de Paz Mancho
Conselheiro de Administração
Jordi Gual Solé
Conselheiro de Administração
Juan Carlos Ros Brugueras
Conselheiro de Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

duais e consolidadas

s e consolidadas da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, nial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das nificativas.

duais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas pelo *International Accountant Standards Board* (IASB).

s brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão es dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes do com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas ilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a para fundamentar nossa opinião.

nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses ia das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, e na formação de nossa opinião nsolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

ações financeiras individuais e consolidadas, a receita operacional líquida reconhecida pela Companhia e suas .052.951 mil (controladora) e R$48.041.162 mil (consolidado), substancialmente decorrente de serviços de ocesso de reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas é complexo, devido ao grande volume as, que podem ser prestados e vendidos de forma separada ou agregada, considerando condições comerciais dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui grande número de aplicativos e sistemas. ita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não feridos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia. Por essas razões a auditoria.

outros: (a) O entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, mação ("TI"), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados rações financeiras; (b) Exames documentais de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em os pela Administração da Companhia e de suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não ativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como a comparação dessa estimativa nte após o fechamento do balanço patrimonial; e, (e) Revisão da adequação das divulgações apresentadas em

intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os controles internos imativas utilizadas pela Administração, bem como as divulgações realizadas, proporcionaram uma base razoável

rias

estimativas críticas. As estimativas utilizaram dados e premissas subjetivas tais como a projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a análise da probabilidade de perdas em contingências, bem como os reflexos tributários das combinações de negócios. Por essas razões, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) Leitura do conjunto de acordos e dos principais documentos que suportaram a aquisição, bem como, realizamos reuniões com a Administração e com os consultores externos da Companhia para entendimento da transação e dos respectivos impactos jurídicos e contábeis relacionados com essa aquisição; (b) Avaliação da competência e objetividade dos especialistas externos contratados pela Administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios; (c) Com o apoio de nossos especialistas e terceiros, avaliamos a razoabilidade da metodologia e das principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as, sempre que possível, com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e segmento de atuação; (d) Revisão da avaliação da Administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a adquirida; (e) Verificação dos principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios; e (f) Leitura das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Tomando por base as evidências que foram obtidas, por intermédio dos principais procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia na avaliação, mensuração, registro e divulgação da referida operação são razoáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, sem modificação, datado de 18 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

a por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em sexta-feira, 28 de abril de 2023 17:14:08 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida
nfirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Portal de Assinaturas Vivo #29a8cbdd-e1ab-4244-b8b6-4603d68bbec0

TELEFÔNICA BRASIL S.A

BALANÇO PATRIMONIAL

C.N.P.J. nº 02.558.157/0001-62

Em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de reais)

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Ativo Circulante	15.771.846	Passivo Circulante	20.825.429
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.359.061		
Estoques	783.041		
Outros ativos	13.629.744		
Ativo não Circulante	100.822.503	Passivo não Circulante	27.365.180
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.247.225		
Investimentos, Imobilizado e Intangível	95.575.278		
		Patrimônio Líquido	68.403.740
Total do ativo	116.594.349	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	116.594.349

ÍNDICES

Liquidez Imediata	0,07	Caixa e Equivalentes de Caixa / Passivo Circulante
Liquidez Corrente	0,76	Ativo Circulante / Passivo Circulante
Liquidez Seca	0,72	Ativo Circulante - Estoques / Passivo Circulante
Liquidez Geral	0,44	Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo não Circulante
Solvência Geral	2,42	Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo não Circulante
Grau de Endividamento	0,70	Passivo Circulante + Passivo não Circulante / Patrimônio Líquido
Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais	0,41	Passivo Circulante + Passivo não Circulante / Ativo Total
Quociente de Origem de Recursos a Longo Prazo	0,71	Patrimônio Líquido / Patrimônio Líquido + Passivo não Circulante
Garantia de Capital de Terceiros	1,42	Patrimônio Líquido / Passivo Circulante + Passivo não Circulante

Capital Social Integralizado em 31/12/2022: R$63.571.415.865,09

Patrimônio Líquido: R$ 68.403.741.306,36

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023.

Carlos César Mazur
Contador
CRC 1PR-028067

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em quarta-feira, 8 de março de 2023 10:54:05 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/12/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 120

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Ativo		R$ 115.266.435.534,31	R$ 116.594.349.
Ativo Circulante		R$ 20.655.171.414,02	R$ 15.771.846.
Caixa e Equivalentes De Caixa		R$ 6.187.360.210,49	R$ 1.359.061.
Aplicacoes Financeiras		R$ 30.109.175,93	R$ 1.015.
Contas a Receber		R$ 8.064.097.102,29	R$ 8.393.727.
Estoques		R$ 632.514.370,21	R$ 783.041.
Despesas Antecipadas		R$ 1.004.786.300,42	R$ 983.507.
Imposto de Renda e Contribuicao Social a Recuperar		R$ 376.750.399,39	R$ 574.284.
Impostos, Taxas e Contribuicoes a Recuperar		R$ 3.704.406.456,29	R$ 2.528.119.
Depositos e Bloqueios Judiciais		R$ 105.876.093,00	R$ 591.275.
Dividendos e Juros Sobre o Capital Proprio		R$ 12.396.016,00	R$ 15.421.
Instrumentos Financeiros Derivativos		R$ 6.450.478,61	R$ 113.501.
Outros Ativos		R$ 530.424.811,39	R$ 428.891.
Ativo Nao Circulante		R$ 94.611.264.120,29	R$ 100.822.503.
Realizavel a Longo Prazo		R$ 5.418.518.804,24	R$ 5.247.224.
Aplicacoes Financeiras		R$ 37.043.929,71	R$ 43.295.
Contas a Receber		R$ 470.881.741,46	R$ 399.029.
Despesas Antecipadas		R$ 442.263.418,87	R$ 978.121.
Imposto de Renda e Contribuicao Social Diferidos		R$ 0,00	R
Imposto de Renda e Contribuicao Social a Recuperar		R$ 2.692.443,47	R
Impostos, Taxas e Contribuicoes a Recuperar		R$ 1.340.868.911,36	R$ 861.396.
Depositos e Bloqueios Judiciais		R$ 2.560.421.145,67	R$ 2.611.638.
Instrumentos Financeiros Derivativos		R$ 54.433.245,77	R$ 44.521.
Outros Ativos		R$ 509.913.967,93	R$ 309.221.
Investimentos		R$ 707.007.548,95	R$ 6.444.663.
Imobilizado		R$ 44.387.671.793,59	R$ 45.367.101.
Intangivel		R$ 44.098.065.973,51	R$ 43.763.513.
Passivo e Patrimonio Liquido		R$ 115.266.435.534,31	R$ 116.594.349.
Passivo Circulante		R$ 22.321.331.055,54	R$ 20.825.428.
Pessoal, Encargos e Beneficios Sociais		R$ 848.819.462,47	R$ 975.431.
Fornecedores		R$ 7.085.057.629,03	R$ 7.169.208.
Imposto de Renda e Contribuicao Social a Recolher		R$ 0,00	R
Impostos, Taxas e Contribuicoes a Recolher		R$ 1.465.038.680,43	R$ 1.044.472.
Dividendos e Juros Sobre o Capital Proprio		R$ 4.265.714.563,83	R$ 3.187.416.
Provisoes e Contingencias		R$ 698.098.325,49	R$ 1.322.852.
Emprestimos, Financiamentos, Debentures, Arrendamentos, Licencas 5G e Passivo pela Aquisicao de Sociedade		R$ 6.903.208.054,26	R$ 5.786.313.
Receitas Diferidas		R$ 599.872.980,25	R$ 670.944.
Instrumentos Financeiros Derivativos		R$ 4.537.942,87	R$ 86.547.
Outros Passivos		R$ 450.983.416,91	R$ 582.239.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Sped CONTÁBIL

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/12/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 120

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 64.198.735.802,22	R$ 65.356.928.961,10
Receitas de prestacao de servicos		R$ 57.856.755.613,32	R$ 58.464.336.979,85
Receitas de vendas de mercadorias		R$ 6.341.980.188,90	R$ 6.892.591.981,25
(-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		R$ (20.514.667.829,26)	R$ (19.303.978.237,59)
(-) Receitas de prestacao de servicos		R$ (17.286.829.672,58)	R$ (15.869.055.053,61)
(-) Receitas de vendas de mercadorias		R$ (3.227.838.156,68)	R$ (3.434.923.183,98)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		R$ 43.684.067.972,96	R$ 46.052.950.723,51
(-) CUSTO DOS SERVICOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (24.587.279.446,05)	R$ (25.785.140.209,30)
LUCRO BRUTO		R$ 19.096.788.526,91	R$ 20.267.810.514,21
(-) (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		R$ (12.199.306.320,14)	R$ (13.757.993.195,57)
(-) Despesas com comercializacao		R$ (11.582.804.029,28)	R$ (11.678.207.503,94)
(-) Despesas gerais e administrativas		R$ (2.567.281.530,22)	R$ (2.671.084.717,49)
Outras receitas operacionais		R$ 3.012.433.655,91	R$ 1.274.946.687,77
(-) Outras despesas operacionais		R$ (1.061.654.416,55)	R$ (683.647.661,91)
LUCRO OPERACIONAL		R$ 6.897.482.206,77	R$ 6.509.817.318,64
Receitas financeiras		R$ 1.289.764.433,36	R$ 2.117.141.047,37
(-) Despesas financeiras		R$ (2.422.484.846,84)	R$ (3.863.544.656,07)
(-) Resultado de equivalencia patrimonial		R$ 154.740.603,90	R$ (23.240.241,69)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		R$ 5.919.502.397,19	R$ 4.740.173.468,25
(-) Imposto de renda e contribuicao social		R$ 319.862.154,62	R$ (655.160.441,83)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO		R$ 6.239.364.551,81	R$ 4.085.013.026,42

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 80.28.1A.88.94.12.0F.46.CE.DB.BD.EF.3B.02.0D.F4.AE.1E.B8.81-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

10

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.6

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	

NOME EMPRESARIAL
TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/01/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	109

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
27.F1.EC.F3.39.1F.2E.B2.D4.D7.39.E0.DF.55.BD.CD.05.68.9D.FC

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

27.F1.EC.F3.39.1F.2E.B2.D4.D7.39.E0.
DF.55.BD.CD.05.68.9D.FC-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 16/05/2023 às 21:56:40

37.CC.34.95.8B.9A.B3.1B
93.54.A1.1B.6F.60.4B.A3

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.6

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/02/2022 a 28/02/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	110
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
DD.E1.15.1E.1F.1A.C8.E0.AB.5B.37.D8.78.CB.BC.7E.2B.8A.17.E6	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

DD.E1.15.1E.1F.1A.C8.E0.AB.5B.37.D8
.78.CB.BC.7E.2B.8A.17.E6-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 17/05/2023 às 15:37:18

CD.91.F8.A6.86.75.C4.7A
45.99.A1.10.E4.CD.E8.78

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/03/2022 a 31/03/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	111
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
70.EA.DD.67.12.48.FD.B8.CE.0F.D0.3F.89.DE.B1.1F.91.DF.23.48	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

70.EA.DD.67.12.48.FD.B8.CE.0F.D0.3F
.89.DE.B1.1F.91.DF.23.48-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 20/05/2023 às 06:06:50

E4.26.1A.13.07.E0.43.BF
50.C6.47.85.3F.F2.C0.EA

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	

NOME EMPRESARIAL
TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/04/2022 a 30/04/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	112

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
EC.89.2C.AB.A2.A4.94.D0.1A.50.AC.C6.8E.78.DF.EB.06.45.48.2B

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

EC.89.2C.AB.A2.A4.94.D0.1A.50.AC.C
6.8E.78.DF.EB.06.45.48.2B-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 21/05/2023 às 05:37:43

D1.29.87.5F.0B.30.38.1A
D3.FC.C9.7D.E8.81.70.49

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/05/2022 a 31/05/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	113
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
E0.9B.1C.93.32.49.EA.6E.E2.DB.19.5A.7E.ED.C6.19.20.35.55.4D	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

E0.9B.1C.93.32.49.EA.6E.E2.DB.19.5A.
7E.ED.C6.19.20.35.55.4D-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 22/05/2023 às 04:23:36

76.C1.FB.0D.38.E5.C7.28
9C.2B.5F.E2.36.72.4B.A0

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/06/2022 a 30/06/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	114
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
3E.49.F4.BB.D0.1F.61.BB.8F.9B.72.17.26.0D.51.D5.ED.69.44.FD	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

3E.49.F4.BB.D0.1F.61.BB.8F.9B.72.17.
26.0D.51.D5.ED.69.44.FD-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/05/2023 às 06:19:03

AF.AF.96.76.49.D9.5D.3F
03.A4.BC.BD.14.FA.72.36

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.1.7

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/07/2022 a 31/07/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	115
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
54.59.2A.A5.60.E5.16.20.70.E9.B0.19.64.BB.3F.AE.F1.F3.C0.10	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

54.59.2A.A5.60.E5.16.20.70.E9.B0.19.6
4.BB.3F.AE.F1.F3.C0.10-1

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 24/05/2023 às 03:42:21

53.85.36.5A.E3.F9.51.DB
24.48.94.F9.16.FE.49.FC

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	

NOME EMPRESARIAL
TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/08/2022 a 31/08/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	116

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
6A.56.C5.D7.F7.A8.B6.BB.EA.94.4F.83.8C.00.71.10.D2.59.5B.17

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

6A.56.C5.D7.F7.A8.B6.BB.EA.94.4F.83.
8C.00.71.10.D2.59.5B.17-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/05/2023 às 14:53:18

C1.56.0A.6E.2C.A4.FE.2F
99.69.60.FB.86.BD.E9.A2

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	

NOME EMPRESARIAL
TELEFONICA BRASIL S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/09/2022 a 30/09/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	117

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
AE.19.76.A5.1E.1F.6F.32.5A.D8.E2.9E.6B.18.68.A9.E4.EF.DD.9C

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

AE.19.76.A5.1E.1F.6F.32.5A.D8.E2.9E.
6B.18.68.A9.E4.EF.DD.9C-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 26/05/2023 às 07:41:35

4B.A2.5B.0B.72.FC.B5.14
E8.0A.74.B6.EC.9A.B2.85

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/10/2022 a 31/10/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	118
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
A6.9B.2C.49.FE.C6.78.85.72.03.DE.96.8D.C3.8E.16.D7.79.2D.AD	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

A6.9B.2C.49.FE.C6.78.85.72.03.DE.96.
8D.C3.8E.16.D7.79.2D.AD-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 26/05/2023 às 15:18:02

E4.9E.ED.62.5D.DF.A0.37
0F.A1.D0.27.A7.CA.D7.93

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/11/2022 a 30/11/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	119
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
6F.82.72.DB.45.D3.F1.E4.A2.AE.A5.2D.A9.7F.78.27.66.43.46.4F	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

6F.82.72.DB.45.D3.F1.E4.A2.AE.A5.2D.
A9.7F.78.27.66.43.46.4F-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/05/2023 às 09:42:23

14.88.E3.38.29.BF.29.BB
D3.08.BF.87.05.D9.64.E4

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.1.8

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300158814	02.558.157/0001-62	
NOME EMPRESARIAL		
TELEFONICA BRASIL S.A.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/12/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO GERAL	120
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
80.28.1A.88.94.12.0F.46.CE.DB.BD.EF.3B.02.0D.F4.AE.1E.B8.81	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02558157000162	TELEFONICA BRASIL S A:02558157000162	501574671662731275 9	15/02/2023 a 15/02/2024	Sim
Contador	56620764991	CARLOS CESAR MAZUR:56620764991	557075856302618863 7	02/03/2021 a 01/03/2024	Não
Diretor	18373425802	JAQUELINE NOGUEIRA DE ALMEIDA:18373425802	980817525716305611 132672099133965555 72	19/01/2023 a 18/01/2026	Não

NÚMERO DO RECIBO:

80.28.1A.88.94.12.0F.46.CE.DB.BD.EF.
3B.02.0D.F4.AE.1E.B8.81-9

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/05/2023 às 23:07:23

A3.3D.6D.A8.5D.34.57.6A
3C.69.6C.02.67.79.17.0B

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Período da Escrituração:	01/01/2022 a 31/01/2022
CNPJ:	02.558.157/0001-62
Número de Ordem do Livro:	109

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	109
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	24652186

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	109
Quantidade total de linhas do arquivo digital	24652186
Data de inicio	01/01/2022
Data de término	31/01/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 27.F1.EC.F3.39.1F.2E.B2.D4.D7.39.E0.DF.55.BD.CD.05.68.9D.FC-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.6 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped CONTÁBIL

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/02/2022 a 28/02/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 110

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	110
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	24557906

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	110
Quantidade total de linhas do arquivo digital	24557906
Data de inicio	01/02/2022
Data de término	28/02/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número DD.E1.15.1E.1F.1A.C8.E0.AB.5B.37.D8.78.CB.BC.7E.2B.8A.17.E6-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.6 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	TELEFONICA BRASIL S.A.		
Período da Escrituração:	01/03/2022 a 31/03/2022	CNPJ:	02.558.157/0001-62
Número de Ordem do Livro:	111		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	111
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	28306288

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	111
Quantidade total de linhas do arquivo digital	28306288
Data de inicio	01/03/2022
Data de término	31/03/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 70.EA.DD.67.12.48.FD.B8.CE.0F.D0.3F.89.DE.B1.1F.91.DF.23.48-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3, Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	TELEFONICA BRASIL S.A.		
Período da Escrituração:	01/04/2022 a 30/04/2022	CNPJ:	02.558.157/0001-62
Número de Ordem do Livro:	112		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	112
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	27882376

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	112
Quantidade total de linhas do arquivo digital	27882376
Data de inicio	01/04/2022
Data de término	30/04/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número EC.89.2C.AB.A2.A4.94.D0.1A.50.AC.C6.8E.78.DF.EB.06.45.48.2B-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3, Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Período da Escrituração:	01/05/2022 a 31/05/2022
CNPJ:	02.558.157/0001-62
Número de Ordem do Livro:	113

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	113
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	27978590

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	113
Quantidade total de linhas do arquivo digital	27978590
Data de inicio	01/05/2022
Data de término	31/05/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número E0.9B.1C.93.32.49.EA.6E.E2.DB.19.5A.7E.ED.C6.19.20.35.55.4D-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/06/2022 a 30/06/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 114

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	114
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	25516442

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	114
Quantidade total de linhas do arquivo digital	25516442
Data de inicio	01/06/2022
Data de término	30/06/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 3E.49.F4.BB.D0.1F.61.BB.8F.9B.72.17.26.0D.51.D5.ED.69.44.FD-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped CONTÁBIL

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/07/2022 a 31/07/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 115

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	115
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	33730637

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	115
Quantidade total de linhas do arquivo digital	33730637
Data de inicio	01/07/2022
Data de término	31/07/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 54.59.2A.A5.60.E5.16.20.70.E9.B0.19.64.BB.3F.AE.F1.F3.C0.10-1, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.7 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade ~~deverá ser confirmada no~~ endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/08/2022 a 31/08/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 116

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	116
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	35213403

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	116
Quantidade total de linhas do arquivo digital	35213403
Data de inicio	01/08/2022
Data de término	31/08/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6A.56.C5.D7.F7.A8.B6.BB.EA.94.4F.83.8C.00.71.10.D2.59.5B.17-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Período da Escrituração:	01/09/2022 a 30/09/2022
CNPJ:	02.558.157/0001-62
Número de Ordem do Livro:	117

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	117
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	34042486

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	117
Quantidade total de linhas do arquivo digital	34042486
Data de inicio	01/09/2022
Data de término	30/09/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número AE.19.76.A5.1E.1F.6F.32.5A.D8.E2.9E.6B.18.68.A9.E4.EF.DD.9C-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/10/2022 a 31/10/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 118

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	118
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	33526468

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	118
Quantidade total de linhas do arquivo digital	33526468
Data de inicio	01/10/2022
Data de término	31/10/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número A6.9B.2C.49.FE.C6.78.85.72.03.DE.96.8D.C3.8E.16.D7.79.2D.AD-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-8 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: TELEFONICA BRASIL S.A.

Período da Escrituração: 01/11/2022 a 30/11/2022 CNPJ: 02.558.157/0001-62

Número de Ordem do Livro: 119

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	119
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	33593411

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	119
Quantidade total de linhas do arquivo digital	33593411
Data de inicio	01/11/2022
Data de término	30/11/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 6F.82.72.DB.45.D3.F1.E4.A2.AE.A5.2D.A9.7F.78.27.66.43.46.4F-4, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped CONTÁBIL

Entidade:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Período da Escrituração:	01/12/2022 a 31/12/2022
CNPJ:	02.558.157/0001-62
Número de Ordem do Livro:	120

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
NIRE	35300158814
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem	120
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Município	SAO PAULO
Data do arquivamento dos atos constitutivos	19/11/1998
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	35360726

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	TELEFONICA BRASIL S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO GERAL
Número de ordem	120
Quantidade total de linhas do arquivo digital	35360726
Data de inicio	01/12/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 80.28.1A.88.94.12.0F.46.CE.DB.BD.EF.3B.02.0D.F4.AE.1E.B8.81-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADOLPHO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS: 11.530-3 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira César/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade:	TELEFONICA BRASIL S.A.
Período da Escrituração:	01/12/2022 a 31/12/2022
CNPJ	02.558.157/0001-62
Número de Ordem do Livro:	120
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido					
	Capital Social (R$)	Reservas de Capital (R$)	Reservas de Lucro (R$)	Dividendo Adicional Proposto (R$)	Outros Ajustes Patrimoniais (R$)	Total (R$)
Saldo Inicial em 01.01.2022	63.571.415.865,09	754.441.513,03	3.504.657.239,76	2.028.524.280,52	68.157.483,90	69.927.196.382,30
Deliberacao de dividendos adicionais propostos de 2021 - AGO 26/04/22				(-)2.028.524.280,52		(-)2.028.524.280,52
Reserva legal			204.250.651,32			204.250.651,32
Dividendo adicional proposto				826.731.361,37		826.731.361,37
Recompra de acoes - programa de recompra de acoes		(-)607.429.273,00				(-)607.429.273,00
Recompra de acoes - direito de recesso pela aprovacao da aquisicao da Garliava		(-)13.766,60				(-)13.766,60
Constituicao de reservas por incentivos fiscais			95.094.242,98			95.094.242,98
Equivalencia patrimonial em transacoes de capital na investida Fibrasil		2.182.410,29				2.182.410,29
Equivalencia patrimonial em transacoes de capital na investida AIX Participacoes		227.765,67				227.765,67
Outros resultados abrangentes					(-)15.974.187,45	(-)15.974.187,45
Saldo Final em 31.12.2022	63.571.415.865,09	149.408.649,39	3.804.002.134,06	826.731.361,37	52.183.296,45	68.403.741.306,36
Notas						

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 80.28.1A.88.94.12.0F.46.CE.DB.BD.EF.3B.02.0D.F4.AE.1E.B8.81-9, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

O presente documento digital foi conferido com o original assinado digitalmente por PAULO JOSE BASTOS DA CUNHA, em segunda-feira, 29 de maio de 2023 15:53:28 GMT-03:00, CNS 11.538 - Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 34º Subdistrito Cerqueira Cesar/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade.
O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.